



Joana Sofia Fernandes Alves

RTP e a delegação de Coimbra: que serviço público?

Relatório de estágio em Comunicação e Jornalismo, orientado pela Doutora Ana Teresa Fernandes Peixinho Cristo apresentado ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RTP e a delegação de Coimbra: que serviço público?

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de estágio
Título	RTP e a delegação de Coimbra: que serviço público?
Autor	Joana Sofia Fernandes Alves
Orientador	Ana Teresa Fernandes Peixinho Cristo
Júri	Presidente: Doutora Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues
	Vogais:
	1. Doutor José Manuel Laires Sequeira Alves Portugal
	2. Doutora Ana Teresa Fernandes Peixinho Cristo
Identificação do Curso	2º Ciclo em Comunicação e Jonalismo
Área científica	Jornalismo
Data da defesa	28-10-2013
Classificação	16 valores



Agradecimentos

São muitos aqueles a quem quero agradecer por ter terminado este relatório de estágio que representa o culminar de uma etapa e alcance de um objetivo.

A todos os docentes da componente curricular quer da Licenciatura em Jornalismo, quer do Mestrado em Comunicação e Jornalismo da Universidade de Coimbra, pelos ensinamentos ao longo destes cinco anos.

Agradeço em particular à Professora Doutora Ana Teresa Peixinho, minha orientadora do relatório, pelos comentários, críticas, sugestões e pela disponibilidade demonstrada.

Ao Professor Doutor Sílvio Santos, pelo material que me disponibilizou sobre o tema.

A toda a equipa da delegação regional da RTP Coimbra pelos ensinamentos, paciência, confiança e por terem contribuído para que o meu gosto pelo jornalismo aumentasse.

À minha colega de estágio Bárbara pelo espírito de entreajuda que manifestou ao longo de todo o tempo de estágio.

Aos meus amigos que sempre me encorajaram a seguir em frente e estão sempre presentes, como é o caso da Jessica, da Raquel, da Eliana e do Marco.

À minha prima Rute e tios por quererem saber de mim e darem-me alento para continuar, e aos meus avós que estão sempre prontos a ajudar.

Por último, um agradecimento muito especial aos meus pais e irmão, as pessoas mais importantes da minha vida, pela motivação e pelo amor que sempre me dão e ser graças a eles que aqui cheguei.

A todos o meu muito obrigada.

Resumo

A televisão veio revolucionar o mundo e embora já tenha vários anos de existência continua a ser o meio de comunicação mais acessível e, com grande influência na sociedade.

A televisão de serviço público assumiu, desde sempre, um papel preponderante na construção da identidade nacional e na preocupação em chegar a todos os cidadãos, com uma programação diversa, plural e isenta. Com a introdução da publicidade e a entrada dos privados, a luta pela audiências levou à alteração da grelha de programas, com tendência do operador público a “clonar” as grelhas de programação dos canais privados. As audiências diminuíram, os valores de serviço público (desejados) também e a situação económica foi-se deteriorando...

A Radio e Televisão de Portugal (RTP), que outrora viveu um período próspero, é hoje o retrato desta situação e vive numa época de indefinição. Os debates sobre a sua viabilidade sucedem-se, e há vozes que defendem a sua continuação mas outras que não acreditam na sustentabilidade deste serviço. É imperativo que a RTP se adapte a novos desafios para (com)provar a sua importância no panorama audiovisual.

Na missão de serviço público que a RTP presta, a proximidade às pessoas é importante e, para isso, muito contribuem as delegações regionais que dão voz às minorias e permitem uma personalização das notícias, que traduz uma identidade de determinada região.

Este relatório aborda a experiência de três meses de estágio realizado na delegação de Coimbra (a agenda, método de trabalho, peças marcantes, saídas em que não se fazem peças e a experiência, também, em rádio) e pretende verificar de que maneira o trabalho feito neste local cumpre aquilo que se entende por Serviço Público. O trabalho está dividido em três partes: uma que aborda conceitos mais teóricos sobre o SP e o caso específico da RTP, outra sobre o trabalho feito durante o estágio e os anexos, com os offs de algumas peças.

PALAVRAS-CHAVE:

Serviço Público; RTP; Delegação regional; Estágio

Abstract

Television has revolutionized the world and though it already exists for several years, it continues to be the most accessible type of media, with a great influence in the society.

Public Service Broadcasting had always assumed a very important role in the construction of national identity and in the concern to reach all citizens with diverse, plural and free programming. With the beginning of advertising and private channels, the contest for hearings led to the modification of the programmed, with the public operator tendency to “clone” the programming schedules of private channels. The hearings have decreased, as the values of Public Service Broadcasting (the desired ones) and the economic situation was deteriorating...

Radio e Televisão de Portugal (RTP) which once had enjoyed a prosperous period is today the picture of this situation and lives in an age of uncertainty. The debates about its own viability come and go, and there are voices that defend its continuation but others don't believe in the sustainability of this service. It is imperative that RTP adapts to new challenges to prove (once again) its importance in the audiovisual panorama. In the mission that Public Service Broadcasting provides, the proximity to people is important and, therefore, the Regional delegacy gives voice to the minorities and enables a “personalization” of the news, which reflects an identity of a certain region.

The aim of this report is to describe the experience of three months of internship conducted in Coimbra delegation (the agenda, working methods, striking news, trips without bringing news and also radio experience) and intents to verify how the work done there fulfills what is meant by Public Service Broadcasting. This work is divided into three parts: one about theoretical concepts on Public Service Broadcasting and the specific RTP case, other about the work done during the internship and finally the attachments with the offs of some television and radio news.

KEYWORDS:

Public Service Broadcasting, Regional Delegation, Internship

Índice

Introdução	7
I Capítulo de enquadramento: O Serviço Público e a RTP - O que é o serviço público?	
1. Contexto histórico do aparecimento de Serviço Público	8
1.1 Public Service Broadcasting	10
1.2 Princípios fundadores	11
II Como é que a RTP tem prestado o Serviço Público?	15
Capítulo 2: Financiamento e SP	
1. Modelo de Governação e Financiamento	22
1.1 Financiamento	23
2. O caso português – a RTP	25
2.1 Financiamento	27
3. Conteúdos: no Serviço Público e nas televisões privadas	30
3.1 Conteúdos na RTP	32
4. Debate e desafios em torno do Serviço Público	
4.1 Desafios.....	33
4.2 Situação da RTP: debate e sugestões	35
Diário de Bordo	
A experiência de 3 meses na delegação regional da RTP Coimbra	37
Televisão	38
Rádio	53
Calendarização de saídas: Televisão e Rádio	57
Conclusão	60
Bibliografia.....	63
Anexos	67
Peças de televisão	68
Peças de rádio.....	73

Introdução

O presente relatório, elaborado no âmbito da disciplina Estágio Curricular do 2º ano do mestrado em Comunicação e Jornalismo, pretende retratar a experiência vivida durante três meses de estágio na delegação regional da RTP Coimbra.

Antes de escolher o suporte teórico deste trabalho fizemos pesquisas sobre outras possibilidades mas optámos por este tema devido ao facto de ser um assunto atual e que nos desperta interesse. Além disso permitia uma boa articulação/ligação com a parte prática.

O relatório é constituído por três partes: uma de enquadramento/contextualização sobre a RTP, que será importante para esclarecer o papel do operador público português enquanto televisão de serviço público, e a parte empírica, constituída pelo diário de bordo – que fomos elaborando à medida que o estágio avançava - no qual vamos relatar o que aprendemos, as condições de trabalho, o acompanhamento que tivemos, as peças mais marcantes, as dificuldades, a oportunidade de experimentar rádio e o entretenimento. No final do relatório está a parte dos anexos que inclui os offs (escritos por nós¹ e que têm em conta as sugestões que foram feitas pelos jornalistas) de algumas peças que gravámos para televisão e rádio.

Partindo do tema: “RTP e a delegação de Coimbra: que serviço público?” este relatório vai focar diversos pontos que, no nosso entender, são importantes para tentar ajudar a responder a esta questão. Este tema é complexo e por isso definimos, previamente, objetivos com o que faz (mais) sentido incluir. Iniciando em algo mais abrangente, com o contexto histórico do aparecimento de Serviço Público e o Public Service Broadcasting (onde abordamos o caso da BBC), passamos para a situação concreta da RTP- a evolução histórica, o modelo de financiamento, de governação, os conteúdos, o debate e os desafios que enfrenta, na atualidade.

¹ Em algumas peças de rádio o jornalista deu indicações para usarmos a sugestão de pivô que ele tinha escrito.

I. O que é o serviço público?

1. Contexto histórico do aparecimento de Serviço Público

O conceito de Serviço Público (SP) molda-se em função do modelo que cada Estado adota e vai sofrendo mutações que variam com o ambiente económico, político, social e consoante o espaço e tempo. Assim, não é possível ter uma definição única, embora se reconheça comumente que é Serviço Público sempre que o Estado obrigatoriamente assuma de uma forma, indireta ou direta, a missão de realizar necessidades coletivas.

Há momentos que assinalam o aparecimento/criação da ideia geral de Serviço Público e em que se reflete sobre o seu desenvolvimento. A noção de SP apareceu sob a influência da doutrina francesa, através do trabalho do jurista francês Leon Duguit, em 1918, que “elabora a definição de serviço público sob uma base sociológica, como sendo as atividades prestadas pelo Estado visando o atendimento de finalidades sociais” (Lobo, 2009²). O Estado tornou-se mais interventivo, adotou a ideia de que os cidadãos eram a base do bem geral e estavam no centro da sua ação, defendia a luta pela coesão social e tentava garantir às pessoas serviços que o mercado não oferecia. No seguimento destas medidas os limites entre os serviços privados e públicos foram redefinidos, foi aceite o modelo de direito privado na prestação de serviços e apareceram serviços públicos geridos por privados que tinham o Estado como principal gestor (Santos, 2012: 9). Esta foi a primeira crise do SP.

Com o desenrolar da (primeira) crise do SP, desencadearam-se uma série de acontecimentos que conduziram à segunda crise. Com vista a tentarem diminuir as despesas, os Estados da Europa passaram muitos serviços para o privado e, assim, o SP originário da doutrina francesa existente até então cedeu lugar aos Serviços de Interesse Económico Geral (SIEG)³.

² Disponível em <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/4860/A-evolucao-do-conceito-de-servico-publico> [consultado em 10 de janeiro 2013]

³ Os Serviços de Interesse Económico Geral (SIEG) relacionam-se com os serviços de natureza económica que os Estados sujeitam a obrigações específicas de serviço público em detrimento de um critério de interesse geral. A noção de SIEG inclui vários serviços como: água; gás; transportes e radiodifusão. Para estes serviços pode ser necessário que sejam atribuídos apoios financeiros com

Com o desenvolvimento da sociedade e a necessidade da Europa se tornar mais competitiva, o neoliberalismo surgiu, depois da Segunda Grande Guerra, e teve um alcance mundial. Foi uma solução capaz de estimular o desenvolvimento social e económico, através da abertura dos mercados e que esteve na origem da má imagem/descredito dos Serviços Públicos (SPs) em toda a parte e que ainda hoje acarreta para o SP uma imagem negativa que o associa a gestão ruinosa e a (excesso de) burocracia. Para tentar melhorar esta imagem, foram empregadas novas medidas relacionadas com a área empresarial. Depois de mais algum tempo conturbado para o SP, o Tratado de Amesterdão, assinado em outubro de 1997, veio: reforçar “o poder do pilar comunitário, regulamentar a cooperação reforçada”; ordenar as “disposições dos tratados anteriores” e confirmar o (grande) valor do SP no contexto de mercado livre e plural:

“[...] A radiodifusão de serviço público nos Estados-Membros encontra-se diretamente associada às necessidades de natureza democrática, social e cultural de cada sociedade, bem como à necessidade de preservar o pluralismo nos meios de comunicação social” (2003: 249)⁴.

Em suma, este tratado veio reforçar uma das ideias já expressas no Tratado da União Europeia (TUE), segundo a qual, que a Europa se queria unida, num "espaço de liberdade, segurança e justiça" (Tratado de Amesterdão). O SP veio instituir o setor audiovisual na Europa.

Atualmente, SP é “muitas vezes usado como sinónimo de serviço de governo abraçando todos os que trabalham no setor público. Porém, o serviço público significa muito mais do que um *locus* de emprego” (Staats, 1990: 368) e pressupõe, “em si próprio, uma ideia de igualdade” (Santos, 2012).

vista a cobrir, total ou parcialmente, os custos específicos que resultam das obrigações de SP. (Quadro Comunitário de Apoio III – Fundos Estruturais – Política de Concorrência 2007/2013)

“A noção de serviço de interesse económico geral na aceção do artigo 86.o do Tratado CE implica que as empresas em causa tenham sido encarregadas de uma missão particular confiada pelo Estado”.

⁴ Protocolo anexo ao Tratado de Amesterdão relativos ao serviço público de radiodifusão nos estados-membros (1997-11-10)

Contextualizado o surgimento de SP e lançadas as bases que originaram o audiovisual interessa que nos foquemos, em concreto, no primeiro caso de televisão pública.

1.1 Public Service Broadcasting

A expressão “Public Service Broadcasting” (denominada porque incluía os meios rádio e TV, embora a investigação recaia, maioritariamente, sobre a televisão pública) remete para a criação da BBC, em 1923, com a rádio e mais tarde televisão, no Reino Unido. A estação inglesa foi a pioneira na criação de um modelo orientador/“padrão” para os vários países da Europa, afirmando-se pela sua independência, mesmo que isso desafiasse o poder político. Com a BBC pretendia-se instituir uma cultura comum que fosse partilhada por todos. Associado ao serviço público de televisão estaria um operador público que era responsável pelo financiamento, propriedade, e estava sob controlo do Estado, estando por isso consagrado um regime de monopólio que se manteve estável até ao aparecimento dos operadores do setor privado na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 80. O aparecimento da BBC aconteceu numa época em que era “natural” atribuir ao Estado a gestão e promoção de um meio novo que se estava a desenvolver, a televisão. É legítimo afirmar que mais do que um serviço público, se estava perante uma televisão pública (Fidalgo, 2003: 2).

A BBC é um bom exemplo para “desfazer a desordem” que, na altura da liberalização dos mercados, existia entre *media* estatal e de serviço público, ambos o contrário das operadores comerciais. No caso do operador estatal, como se percebe pelo próprio nome, o objetivo é servir o Estado enquanto individualidade política (e deve-se ter em conta que nem sempre o Estado atua de acordo com o interesse público) e no operador público pretende-se servir os cidadãos através da sua libertação intelectual (e democrática) (Santos, 2012:11). O historial do SP de televisão de alguns países mostra que poucos foram os governos que não resistiram ao impulso de controlar o SP, mas enquanto alguns foram discretos, outros não tiveram pudor em fazê-lo. Na Alemanha, depois da II Guerra Mundial, e em Portugal, durante o Estado Novo, as televisões estatais difundiam a ideologia do estado. Estes exemplos contrastavam com o papel desempenhado pela BBC que se pautava pela independência.

Há décadas, o SP justificava-se por várias razões, segundo Eduardo Cintra Torres: “a “escassez” de frequências hertzianas; o desinteresse da iniciativa privada no negócio televisivo e a atitude paternalista de Estado se considerar em posição de educar, informar e até de entreter o povo” (Torres, 2011: 81). A estas, António Pedro Vasconcelos acrescenta outras que considera terem sido fundamentais para a imposição da TV na Europa, seguindo o modelo de monopólio público: “a necessidade de assegurar uma cobertura nacional e o elevado custo de transmissões e dos programas” (Vasconcelos, 2003: 44).

Com a introdução da publicidade no SPT, na altura da afirmação da sociedade de consumo, nas décadas de 50/60, foi possível “aumentar os recursos da televisão pública, beneficiando a qualidade dos programas, a multiplicação de canais, a cobertura integral do relatório e o investimento tecnológico, sem aumentar o valor da taxa” (Vasconcelos, 2003: 44) embora, no fim da década de 70, isto tenha sido posto em causa devido ao aumento do consumo e publicidade e se tenha colocado o “sistema de duopólio, TV Pública/TV Privada” (Vasconcelos, 2003: 45)⁵. Depois desenvolveu-se a TV digital em toda a cadeia e consagrou-se uma época de abundância. Este entusiasmo não durou muito e o SP foi repensado (e reforçado).

1.2 Princípios fundadores

Os princípios fundadores, que ainda hoje estão associados ao conceito de SP, e que assentam na liberdade de expressão, foram cruciais para a sua implementação e manutenção. É inegável que o serviço público de rádio e televisão teve um papel primordial no âmbito da afirmação dos Estados-Nação, através da sua componente unificadora nos âmbitos linguístico, cultural e político, contribuindo para fomentar a “identidade nacional” (Fidalgo, 2003: 15). Esta componente unificadora justifica-se pelos princípios e características intrínsecas ao SP, as quais passaremos a abordar.

Para Felisbela Lopes existem quatro princípios clássicos de SP: a neutralidade (a TV pretende promover o interesse geral, renunciando a interesses particulares), a continuidade (cabe à estação de televisão a produção e emissão de conteúdos mediáticos), a mutabilidade (apetência da televisão para se moldar às

⁵ Com esta opção de escolha o panorama audiovisual veio ‘respirar’: “criar um mercado de produção de programas, aligeirar e racionalizar os meios de produção, desempoeirar as estações públicas”. (Vasconcelos, 2003)

alterações na sociedade) e a igualdade (com vista à participação de todos os cidadãos no sistema mediático, o SPT deve garantir gratuidade nas emissões a todos) (Lopes, 1999: 41).

O SPTR deve assentar numa programação variada baseada no vértice *informar, formar e entreter*, apostando na diversidade; deve preservar/privilegiar a independência em relação ao poder político e interesses particulares (este aspeto é dos mais controversos, principalmente em regime de monopólio em tempos de posse do Estado) mas também a nível de programação, gestão e nível editorial; deve também proporcionar igualdade no acesso dos cidadãos à televisão, fazendo-a chegar a todos no país, garantindo, assim, a universalidade; através do orçamento de Estado ou de uma taxa por cada aparelho de TV, o financiamento público é essencial. Face ao desenvolvimento/exigências do mercado na era digital, torna-se igualmente importante que exista um quadro que estipule o papel do SP neste contexto (Carvalho, 2009).

Estes princípios e outras tantas características do (que é/deve ser) serviço público estão plasmados em vários documentos “fundadores e estruturadores dos vários operadores nacionais como dos aprovados por diversas entidades europeias, de acordo com o consenso que existiu desde sempre entre todas as principais famílias políticas, da esquerda à direita” (Carvalho, 1999: 7). Em muitos países, perdura a ideia de que SP é “algo insubstituível (...) e não é, de todo, questionável” (Correia, 2012). A Declaração da Conferência da UER (Union Européenne de Radio-Télévision, 1993) sobre SPT defende que “o SP é o único a propor ao mesmo tempo valores fundamentais que são a tolerância, o pluralismo, a liberdade de expressão, o espírito crítico, o humanismo”. Frequentemente, a noção de serviço público é alvo de reajustamentos e mudanças, com vista a adaptá-lo a novos contextos e a reafirmar a sua legitimidade, através de novas leis adotadas ou sucessivas reformas de entidades em certo local. Tudo isto vem reforçar, por um lado, a importância do Public Service Broadcasting mas, por outro, a sua sensibilidade e vulnerabilidade (Jakubowicz: 1)⁶.

⁶ Jakubowicz, K., Serviço público de televisão na Europa: o princípio do fim ou um novo começo no século XXI?. Disponível em <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1868/1/cap01.pdf> [consultado em dezembro 2012]

Já foi mencionado que não é fácil definir SP e talvez essa indefinição seja um grande entrave no estabelecimento do seu papel. Abordar este tema implica falar em público uma vez que ele é uma peça-chave por ser um serviço feito para o cidadão e pago por ele. Para Joaquim Fidalgo “é SP na medida em que é feito para o público, financiado pelo público e controlado pelo público” (Fidalgo, 2003: 15)⁷. Estamos perante um tema de cidadania, na medida em que é imperativo dialogar com as pessoas e fazê-las participar.

No caso português, o SP relaciona-se com cidadania uma vez que “não só lhe são atribuídos anualmente muitos milhões de euros com que os portugueses contribuem pelos impostos para o bem comum, como os conteúdos televisivos são feitos em nome do interesse público” (Torres, 2011: 77).

A uma televisão de SP deve corresponder uma programação global, com objetivos bem demarcados, no que diz respeito ao entretenimento, formação e projeto editorial (para a informação); possuir uma lógica exemplar, referencial, de serviço-padrão, assegurando programas acessíveis a todos; ter atenção no cumprimento dos horários, independência política, demarcação entre publicidade e informação, atenção às minorias e maiorias, respeito pela dignidade humana; em termos éticos, ter especial atenção à postura e atitude global que transmite, colocando-se no papel dos cidadãos mais do que no papel de potenciais clientes. Salienta-se que o ‘estatuto’ de SP lhe é intrínseco e, por isso, é diferente dos operadores comerciais que podem ter programas de serviço ou interesse público a determinadas horas.

O SP é fundamental na formação da opinião pública uma vez que “contribui para a informação dos cidadãos e é um instrumento de pluralismo representativo que reúne diferentes grupos da sociedade numa troca de ideias” (Relatório Tongue do Parlamento Europeu).

Estrela Serrano⁸ refere que a televisão pública pressupõe “-uma cultura que reconhece os valores do SP; um sistema de financiamento que conduza os profissionais a preocuparem-se, em primeiro lugar, com os cidadãos e uma cultura

⁷ Fidalgo, J. – “De que é que se fala quando se fala em Serviço Público de Televisão?”. Texto elaborado no âmbito do projeto de investigação colectivo Mediascópio – Estudo sobre a reconfiguração do campo da comunicação e dos media em Portugal.

⁸ Conferência RTP – Serviço Público de Rádio e TV – Porquê? Que futuro? Dezembro 2012

profissional (cultura esta que está associada à independência dos trabalhadores. Contudo, esta independência e autonomia nem sempre existiram nos profissionais). Serrano vai mais longe e esclarece algumas questões específicas que individualizam a prestação de SP que é apoiado, tem obrigações e é controlado. A TV pública tem uma série de apoios (recebe financiamento público através da taxa do audiovisual e de indemnizações compensatórias⁹) mas, por outro lado, tem obrigações que deve cumprir. Essas obrigações estão em cadernos de encargos e são controladas por uma auditoria anual e pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Podemos destacar a cobertura nacional, a garantia da transmissão de programas culturais, a aposta no pluralismo da programação, a defesa da identidade nacional, entre outros. Vivemos num tempo apressado onde o SPT, cada vez mais, tem um papel essencial no caso português (re)afirmando uma política da cultura e da língua ao reiterar a promoção da língua portuguesa, quer na Europa e Mundo. O SP deve promover a emissão de programas em língua portuguesa” (...) e “emitir programas destinados especialmente aos portugueses residentes fora de Portugal e aos nacionais de países de língua portuguesa.”¹⁰ Por fim, as estruturas de controlo são constituídas pelo Parlamento, Governos e reguladores (como a ERC, que já referimos) e estão responsáveis por verificar como o SP funciona e se cumpre as obrigações.

⁹ Estas compensações financeiras são concedidas pelo Estado a algumas empresas que executam/cumprem as obrigações de SP e pretendem assegurar a cobertura dos custos específicos desse serviço. No ano de 2012, até setembro, a RTP somava o valor de 65.150 milhares de euros em indemnizações compensatórias recebidas. (Ministério das Finanças – Direção-Geral do Tesouro e Finanças)

A concessão de indemnizações compensatórias encontra-se regulada pelo Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de Agosto de 2008

¹⁰ Contrato de concessão do Serviço Público Português - Cláusula 7.ª Obrigações específicas da Concessionária, p. 9, Março 2008

II. Como é que a RTP tem prestado o Serviço Público?

Em Portugal, a RTP (Radiotelevisão Portuguesa) ganhou a concessão do serviço público em 1956 e, após várias emissões experimentais, começou a emitir regularmente em 7 de março de 1957. Depois da sua nacionalização (após o 25 de Abril de 1974) e de se ter transformado em empresa pública, surgiu legislação sobre a atividade jornalística e um documento importante - a Constituição da República Portuguesa - que, num artigo, abordou a liberdade de imprensa e meios de comunicação social. O Estado devia “assegurar a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão.”¹¹

O contrato de concessão do serviço público de televisão, que é renovado periodicamente, faz a RTP ser olhada “como a empresa do Estado” e a ele “comete pôr em prática a legislação a respeito de Serviço Público” (Torres, 2011: 100). No contrato de concessão, são estipulados os objetivos e a missão do operador público mas as políticas da empresa “são estabelecidas pelo Conselho de Administração, em linha com os objetivos fixados e as orientações que vêm sendo transmitidas pela Tutela”. (site RTP)

Depois deste enquadramento, é fulcral para o enriquecimento deste relatório abordar uma questão pertinente e intemporal que sempre acompanhou o SP e continua a fazê-lo. Como é que a RTP tem prestado o serviço público? O 25 de Abril de 1974 marca uma viragem importante na maneira como a RTP passou a prestar o SP delimitando-se, desse modo, duas épocas: até ao 25 de Abril e após essa data, como explicaremos de seguida.

Após várias pesquisas e períodos de estudos que se iniciaram em 1952 na esfera da Emissora Nacional e da implementação da rede de televisão só três anos mais tarde, em 15 de dezembro de 1955 por decisão e com intervenção do governo foi criada, em Portugal, a RTP – Radiotelevisão Portuguesa, SARL, uma sociedade anónima com um capital de 60 milhões de escudos.¹² (Site RTP) Marcelo Caetano, quando concedeu o contrato de SP à RTP definiu o objetivo da empresa, afirmando

¹¹ Artigo 38º, nº 5 Liberdade de Imprensa

¹² Artigo 1º do Decreto-Lei nº 40 341, por escritura assinada no gabinete da direção da Emissora Nacional de Radiodifusão. A sociedade era constituída pelo Estado, por emissoras privadas de radiodifusão e por várias instituições bancárias. Os estudos foram da responsabilidade de Francisco Bordalo Machado, responsável pelo Gabinete de Estudos e Ensaios da Emissora Nacional.

que “a televisão é um instrumento de ação, benéfico ou maléfico, consoante o critério que presidir à sua utilização. O governo espera que os dirigentes do novo serviço público saibam fazer desse instrumento um meio de elevação moral e cultural do povo português” (Cádima, 1996:29).

No dia 4 de setembro de 1956, na Feira Popular de Lisboa, aconteceu, finalmente, a estreia da estação pública, apesar da resistência de Salazar que não tinha particular apreço por este meio. Em 7 de março de 1957 iniciam-se as emissões regulares, com Marcelo Caetano, o ministro da Presidência e grande entusiasta da televisão, a aproveitar “todas as virtualidades da televisão para estabelecer com a Nação uma intimidade cada vez mais forte” (Coelho, 2005: 66), contrariamente a Salazar que se mantinha afastado.

Iniciou-se, então, a história da manipulação na TV pública, tendo o Estado sido quem mais contribuiu para isso. No início, o operador público podia-se confundir com um operador estatal, uma vez que pretendia passar uma imagem de um governo incólume e, se isso fosse posto em causa tomavam-se medidas de censura. A RTP “cultivava através de programas de charlas culturais e peças de teatro, propagandeava a ditadura através do Telejornal e de magazines informativos, e entreteinha através de concursos e variedades musicais” (Torres, 2011: 48). Nesta altura transmitiam-se na televisão os programas do governo, *fait-divers* e desporto.

Seguiu-se uma campanha por parte da televisão para descredibilizar o general Humberto Delgado durante as eleições e, mais tarde, quando Marcelo Caetano foi nomeado para a presidência, tornou-se um grande manipulador da opinião pública, usando, para isso, a RTP, colocando-a “ao serviço do governo”. Exemplos disso foram os programas “Conversas à Lareira”, em que o governo ia anunciando as medidas que ia tomar e “Conversas em Família”, que segundo Eduardo Cintra Torres “não eram nem conversas nem em família, antes preleções, em forma de aulas de cátedra para o povo” (Torres, 2011: 49).

Nesta altura, os noticiários eram apresentados por Marcelo Caetano e Américo Tomás, e independentemente da importância das outras notícias, as nacionais e relativas ao Estado tinham destaque e prioridade. Em 1968 destaca-se a criação da RTP2 que veio permitir uma primeira experiência de pluralização dos programas televisivos e mais em particular da informação, embora os valores vinculados fossem os mesmos que os do primeiro canal.

Assim, já antes de 1974 “o monopólio da RTP decorria também do apertado controlo imposto a toda a comunicação social” (Carvalho, 2009: 64). Durante décadas, a RTP, como as outras televisões públicas da Europa, “forneceu literalmente circo, futebol e canções para entreter o povo” (Torres, 2011: 11)¹³.

Após o 25 de Abril, entrou-se, finalmente, numa época de liberdade de expressão¹⁴, embora no período imediatamente a seguir a esta data “a comunicação social [...] seria antes, sobretudo, uma correia de transmissão do poder político partidário” (Carvalho, 2009: 66). Para Eduardo Cintra Torres a marca da politização continuou, apesar da emissão se ter despolitizado, na medida em que o entretenimento aumentou a sua presença. Com a melhoria das condições de vida e os melhoramentos da rede de eletricidade, a televisão foi marcando presença em cada vez mais casas e a RTP chegou ao auge no que se refere a influência, uma vez que tinha “a soberba da supremacia absoluta das audiências e uma capacidade financeira que lhe permitia ‘limpar’ o mercado, deixando menos opções aos concorrentes,” além de grande número de funcionários (Torres, 2011: 52).

Embora se continuasse a querer (re)afirmar a identidade nacional, a maneira da RTP prestar serviço público ressentiu-se, com a legislação aprovada em 1989 que permitia a entrada das televisões privadas e ditava o fim do monopólio da televisão pública.

Ao contrário dos valores defendidos e esperados como a independência, pluralidade, qualidade, a RTP começou a apostar numa programação preocupada com as audiências: procurou modelos de programas populares sem aderir ao entretenimento fútil; manteve telenovelas e programas de publicidade – “as Televendas” (Torres; 2011: 54).

A televisão pública entrou numa situação que se foi tornando crítica e o SP prestado pela RTP precisou de ser repensado até que, com as eleições em março de 2002, o governo criou um programa para dar uma nova imagem à RTP e conceder à televisão pública o serviço público que tinha perdido, de maneira a ser reposicionado no espaço concorrencial. Pretendia-se a “redefinição do âmbito e linhas diretivas do operador de serviço público de televisão” (Programa “Fénix” de

¹³ O festival da canção, é um exemplo disso, em que as pessoas se juntavam e conviviam em volta da TV.

¹⁴ A criação de legislação que constituiu a independência dos jornalistas foi crucial, a destacar: a Lei de Imprensa de 1975, a Constituição de 1976 e o Estatuto dos Jornalistas de 1979.

Reestruturação da RTP, 2003¹⁵). O plano pretendia a continuação do canal nacional generalista mas a juntar a este deveriam ser criados os canais RTP África, RTP Internacional, RTP Memória (considerando que o arquivo da RTP é rico e vasto devia ser aproveitado) e RTP Regiões (este canal devia aproveitar as possibilidades das delegações regionais na capacidade de produzir informação e rentabilizá-las (abrangendo a Madeira e os Açores))¹⁶; constava o desenvolvimento de novos conceitos de canais na esfera da televisão por cabo, como o teletexto e internet; aplicar-se redução de custos com a grelha de programação e com a estrutura (processos orçamentais equilibrados, sistemas de incentivos e métodos de avaliação e controlo bem definidos); adotar um modelo eficaz de gestão de recursos e reconhecer áreas e funções da RTP com possibilidades para se reorganizarem e melhorarem; a entrega da 2ª licença à sociedade civil formando o Canal Sociedade de maneira a que os diversos membros implementassem uma via de comunicação e relacionamento direto com o público. O projeto seria gerido pela RTP até ao seu desenvolvimento e consolidação jurídica e organizacional; a RTP iria adquirir a totalidade da NTV, de maneira a corroborar a presença no cabo. Depois de uma renovação de imagem, passou a chamar-se RTP N e, mais tarde, RTP Informação. Estas foram algumas das medidas implementadas pelo programa Fénix. Embora algumas só anos mais tarde tenham sido concretizadas, vieram tornar a RTP “uma empresa verdadeiramente orientada para o cumprimento do papel de operador de serviço público” (Programa Fénix; 2003: 3). A nova imagem da RTP não pôs em causa a qualidade e o compromisso com o SP. O facto de ter essa missão não quer dizer que fique excluída do progresso tecnológico e das mudanças sociais ligadas aos modos de produção e de consumo. Pelo contrário, a evolução passa por estar atualizada e apostar na inovação num mercado que é cada vez mais competitivo.

¹⁵ A RTP vivia um período de crise, com as audiências a baixarem, uma crise financeira acentuada, altos custos operacionais, instabilidade de gestão, incumprimento das obrigações de serviço público (pela concorrência direta com os operadores privados e reproduzindo a sua programação) e daí se justificou o aparecimento de um programa de reestruturação – o programa Fénix.

¹⁶ A acrescentar a estes canais, recentemente, foi criada a RTP Mobile que “é uma forma inovadora de aceder a conteúdos vídeo e emissões televisivas em direto a partir de terminais móveis” (site RTP).

Atualmente, o nível da programação da RTP (como se espera e deve ser) aposta na pluralidade, diversidade e não exclui as minorias¹⁷. Tem programas destinados aos mais jovens (contribuindo para a sua formação) como *FalaEscreveAcertaGanha*, *Ilha das Cores* e *Zig Zag*; programas de índole cultural, informativa e educativa para vários públicos (*Artes e Espectáculos*, *Ler+*, *Ler Melhor*, *Noticiários*); apoia a produção nacional de obras cinematográficas e audiovisuais (é frequente ver filmes portugueses que têm a RTP como *media partner*), *Estado de Graça*, *Maternidade* e *Nome de Código: Sintra*; garante a pessoas com necessidades especiais a hipótese de acompanharem as emissões (através da interpretação por meio da língua gestual, por exemplo). Apesar da independência política a RTP tem garantido os exercícios do direito de antena, dá tempo à Administração Pública (quando algo importante vai ser anunciado) e transmite aos cidadãos as mensagens de membros do governo quando o solicitam. Programas como: *Portugueses pelo Mundo*, *Janela Indiscreta*, *Destinos.pt*, *Prós e Contras*, as transmissões dos jogos da seleção e muitos outros programas (da RTP “generalista” mas de todos os outros canais) são exemplos que ilustram o que acabámos de dizer.

Outra marca do serviço público prestado pela RTP é a existência do provedor (do telespectador e do ouvinte). O papel do provedor é “dar sentido à crítica da RTP que é feita pelos telespectadores, dando-lhe dimensão pública” (Fernandes, site RTP). Os provedores “gozam de independência face aos órgãos e estruturas da empresa e respetivos operadores” (site RTP). Ao provedor compete “representar e defender, no contacto com as Empresas de Serviço Público de Rádio e de Televisão, as perspetivas dos Ouintes e dos Telespectadores diante da oferta radiofónica e televisiva” (site RTP). O papel do provedor é importante e vem reforçar a ligação/interação entre o cidadão e a contribuição/manutenção do SP, através do debate público.

É imperativo ainda que se aborde o papel importante que as delegações regionais ocupam. No caderno de encargos da televisão pública consta que “tem a obrigação de produzir informação regional no Continente” com delegações que “executam trabalhos agendados para os noticiários nacionais”. Para Pedro Coelho “a televisão de serviço público deve produzir programas que sirvam todos os públicos,

¹⁷ O objetivo da televisão pública não é “abranger permanentemente toda a gente, mas chegar, em diferentes momentos e com diferentes géneros, a todos os públicos”, por isso se considera que é uma audiência acumulada e não massificada (Lopes, 1999: 62).

inclusive os interesses específicos de públicos regionais, regionalizando a programação ou, em alternativa, criando emissões autónomas para as diferentes regiões” (Coelho, 2005: 105).

Estas delegações, disseminadas por todo o país¹⁸, lançaram as bases para a real descentralização da televisão de serviço público e são como um pólo representante de uma identidade regional. Inicialmente, cada delegação emitia um noticiário regional da zona onde estava inserido mas com a reestruturação, em 2002, passou a ser transmitido apenas um programa a nível nacional o “Regiões Nacional” que hoje em dia se chama “Portugal em Direto”¹⁹. Este programa vai ao encontro de vários pontos estipulados no contrato de concessão e encarna o que se entende por SP.

Tendo em conta que o presente relatório tem como tema central a *RTP e a delegação de Coimbra: que serviço público?* o tópico supracitado vai ser abordado, de forma mais circunstanciada, mais à frente.

¹⁸ Em 1959 a RTP inaugurou o Centro de Produção no Porto, em 1972 o da Madeira e em 1975 o dos Açores. No ano de 1988 abrem as delegações nas cidades de Vila Real, Viseu, Évora e Coimbra e o equipamento da delegação de Faro é renovado. Em 1992 abriu a delegação de Bragança. Hoje em dia alguns destes centros já encerraram.

¹⁹ Este “silenciamento das emissões regionais” veio marcar o “divórcio entre o país e a televisão de proximidade” (Coelho, 2005: 189), embora a atividade das delegações regionais continue ativa.

Capítulo 2: Financiamento e SP

Capítulo 2: Financiamento e SP

1. Modelo de Governação e Financiamento

Os operadores de serviço público (quer seja de rádio ou de televisão) estão dependentes da forma como são geridos e financiados, a qual define a posição do meio em relação ao poder político e à sociedade (Santos, 2012: 13). Felisbela Lopes afirma que “a sua gestão, o seu financiamento e o controlo dos seus serviços” variam de acordo com o modelo jurídico a que estão subjugados (Lopes, 1999: 33).

Aquando da criação das primeiras emissões de televisão as empresas de radiodifusão “estariam em condições de organizar os meios técnicos, promover o alargamento das redes de emissores, organizar as estruturas das empresas e investir nos respetivos equipamentos” de maneira que se justificava “uma intervenção governamental” (Carvalho, 2009: 229).

Os operadores públicos, que seguiam o modelo de SP, necessitavam da mediação do poder político para que este estabelecesse e garantisse o financiamento. Contudo, com o aparecimento dos operadores privados em contraposição com o fim do monopólio dos operadores públicos, os governos perderam influência sobre a televisão (nomeadamente sobre os conteúdos) e afrontaram-se com um cenário que os levou a afastarem-se do poder, tendo de repensar e “aligeirar” os seus mecanismos de governação, devido ao cenário de concorrência. Isto levou a um maior “distanciamento do poder”. Mesmo mais enfraquecido, o papel dos operadores públicos no âmbito da comunicação política continuou, embora os moldes de organização fossem diferentes de país para país (pela estrutura e tradição política estatal de cada um) o que justifica os vários modelos (Carvalho, 2009: 232).

Compreende-se, assim, a existência de diversos modelos de gestão dos serviços públicos na lei. Estes podem estar sob responsabilidade de uma pessoa pública com obrigações e leis instituídas unilateralmente pela Lei ou então serem entregues a uma pessoa privada que, aceitando a missão de SP, tem um regime misto uma vez que se rege, em parte pelo Direito Administrativo. No caso de uma pessoa pública, a gestão pode ser direta ou feita por um intermediário (que pode ser uma empresa pública ou um estabelecimento) e numa pessoa privada pode-se entregar a uma fundação ou associação públicas através de delegação ou, então, delega-se a uma

empresa privada por um meio contratual, sendo que, nesse caso, é necessário fazer-se um contrato de concessão de serviço público²⁰ (Lopes, 1999: 33).

Estes modelos de governação seguem critérios que variam consoante o autor/teórico que o pensa.

Se, para uns, os modelos se prendem com a origem da influência dominante; a ligação/relação do operador de televisão à atividade política; a importância da mediação do governo e a designação dos principais dirigentes²¹; para outros, (como Nissen) a importância da intervenção do governo é o que se deve considerar (2006: 40).

De qualquer das formas, o que se pretende encontrar é um modelo de governação ideal, de maneira que se consagre a independência dos operadores de SP. Tal é possível se o operador for um organismo autónomo (mesmo que todo o capital seja público) e se a programação for plural (diversidade temática e maneira como são interpelados esses temas) (Carvalho, 2009: 244).

1.1. Financiamento

Outro aspeto importantíssimo nos operadores de serviço público, além do modo de gestão, é o financiamento. Esta questão vai além da maneira de conseguir obter verbas para o desenvolvimento das atividades da competência dos operadores públicos. Pretende saber qual o valor dessas verbas, as suas várias modalidades e dimensão, podendo ser um entrave/limitação da independência dos operadores de SP e do tipo de programação. Perante isto, reconhece-se a existência (e necessidade) de vários modelos que resultam de razões políticas, históricas e culturais (Carvalho, 2009: 299).

Já em 1994 a questão do financiamento foi debatida por Estados Europeus que pactuaram em disponibilizar recursos para que os operadores cumprissem o serviço

²⁰ Quando está associado a pessoa pública o modelo de gestão rege-se pelo Direito Público. No caso de uma pessoa privada submete-se ao Direito Privado. Quando se está presente num regime misto a modalidade de gestão passa a ser feita por entidades privadas mas o serviço continua público. No contrato de concessão a pessoa pública (concedente) confia-se a gestão de um serviço público a um particular (que é o concessionário). O contrato de concessão de SP e o caderno de encargos que costuma acompanhá-lo serve para regulamentar as relações entre as partes envolvidas (Lopes, 1999: 33).

²¹ Este último critério é “umas das principais formas de aferir o seu grau de independência, sobretudo face ao poder político (Carvalho, 2009: 241).

público e pudessem garantir um determinado nível de financiamento para que os operadores pudessem planear, com estabilidade e a longo prazo, o seu funcionamento.²² Mais tarde, em 1997, os países da União Europeia que se reuniram em Amesterdão²³ reforçaram as políticas de financiamento dos operadores públicos, reconhecendo a cada Estado a liberdade de organizar e definir o SP pelos valores e critérios de cada um (Carvalho, 2009: 300).

Pela Europa há vários modelos de financiamento de serviço público que, contudo, têm vindo a modificar-se, uma consequência natural da evolução da sociedade. Assim, temos as subvenções públicas, a taxa, as operações de crédito, a emissão de dívida pública e as dotações de capital, a publicidade comercial e receitas resultantes de outras atividades de índole comercial (inclui a *pay tv*, a venda de programas e atividades na área da multimédia).

Felisbela Lopes destaca (pormenorizadamente) três modos de financiamento que imperam no mercado europeu e podem ser realizados por: (Lopes, 1999: 35)

- Taxa de televisão e receitas publicitárias: associado a países como a Alemanha, França e Itália (e em Portugal até 1991). Este modelo garante à televisão pública que uma parte do financiamento fique ao lado de decisões administrativas de onde sai o valor que é fixado para a taxa. A taxa de televisão é uma receita exclusiva do setor público e as receitas publicitárias, que são divididas com as estações privadas, devem ser vistas como algo adicional no SP;
- Taxa: neste caso, a tentativa de ‘proteção’ dos operadores públicos nas batalhas comerciais que se dão com as estações privadas, ao mesmo tempo que se eleva o mercado das privadas é o objetivo. Esta taxa é paga por todos de igual forma. O Reino Unido é um exemplo.

²² Realizou-se em dezembro de 1994, em Praga, a 4ª Conferência Ministerial Europeia do Conselho da Europa sobre a política da comunicação de massas.

²³ Anexo ao Tratado de Amesterdão, o protocolo 32 relativo ao SP de Radiodifusão nos Estados-Membros refere que “ As disposições do Tratado que institui a Comunidade Europeia não prejudicam o poder de os Estados-membros proverem ao financiamento do serviço público de radiodifusão, na medida em que esse financiamento seja concedido aos organismos de radiodifusão para efeitos do cumprimento da missão de serviço público, tal como tenha sido confiada, definida e organizada por cada um dos Estados-membros, e na medida em que esse financiamento não afete as condições das trocas comerciais, nem a concorrência na Comunidade de forma que contrarie o interesse comum, devendo ser tida em conta a realização da missão desse serviço público.” Disponível em <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Amesterdao/proto32.htm> [consultado em janeiro 2013]

- Orçamento do Estado e receitas publicitárias: o financiamento por parte do Estado foi dando espaço à publicidade que é uma importante fonte de receitas e põe em causa a missão de SP. Este aumento da publicidade aconteceu no seguimento da relação entre o Estado e a televisão, que se ao início era muito próxima depois foi enfraquecendo. A Espanha e Portugal são países que exemplificam a situação, embora a RTP seja um caso peculiar porque o Estado, pela Constituição, deve assegurar que o operador público seja independente da publicidade e para isso dá indemnizações compensatórias, como foi referido atrás. Mas sobre este assunto falaremos a seguir.

2. O caso português – a RTP

A RTP desde a sua fundação que seguiu um modelo de governação muito instrumentalizado, tendo o Estado assegurado uma influência importante na estrutura e no dia-a-dia da empresa.

“Inicialmente a Radiotelevisão Portuguesa era uma Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (pessoa privada) com a qual o Governo contratou a concessão de serviço público e da qual detinha um terço do capital, sendo os restantes dois terços oferecidos à subscrição dos emissores particulares de radiodifusão e à subscrição pública²⁴” (Lopes, 1999:34).

O Estado ocupava o papel referido em virtude da legislação que tinha sido aprovada em 1955 e 1956, que definia a organização e os membros que faziam parte da RTP, atribuindo o poder/responsabilidade ao Governo de nomear o presidente de um conselho de administração com três membros mas podendo, igualmente, demiti-lo, e ainda nomear o conselho fiscal. Eram ainda competências suas: a “superintendência da fiscalização” dos programas e da parte técnica das emissões; a “aplicação de multas por infração das disposições legais e regulamentares relativas à empresa”; a definição do montante da taxa de televisão²⁵; autorizava a redução e/ou aumento do capital da sociedade; o poder de revogar o

²⁴ Cf. Decreto-Lei nº 40 341 – I Série, nº 226

²⁵ Mediante despacho do Presidente do Conselho

contrato de concessão, unilateralmente (com uma determinada justificação) e era responsável pela definição dos planos e datas para a instalação e abertura de “uma cadeia de centros de emissão” que fizessem a cobertura de grandes zonas populacionais – Lisboa, Porto e Coimbra – e que pudessem delimitar “a ampliação do serviço a quaisquer regiões do continente, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas” (Carvalho, 2009: 250). Estavam, assim, lançadas as bases para a criação das delegações regionais. Neste relatório é importante destacar este ponto uma vez que a segunda parte do trabalho incide sobre o estágio feito na delegação de Coimbra.

Com o 25 de Abril, o modelo de governação da RTP não registou grande mudança. Essencialmente o que se pretendia era garantir uma orientação editorial que “respeitasse o pluralismo político e cultural existente na sociedade portuguesa” mas que não tivesse “formas reacionárias ou de propaganda fascista” (Carvalho, 2009: 255)²⁶. A RTP continuou a ter um papel central na discussão política sendo preponderante na formação da opinião pública. Com o tempo procuraram-se desenvolver mecanismos que salvaguardassem a RTP face ao poder político mas, mesmo assim, sempre seguiu um modelo governamentalizado.

Em 1975 a RTP, S.A.R.L transformou-se em RTP, E.P (entenda-se pessoa pública), tornando-se uma empresa unicamente pública munida de autonomia financeira e administrativa e à qual foi confiada o serviço público de televisão²⁷.

Mais tarde, no ano de 1992, a RTP passa a Sociedade Anónima, só com capitais públicos, ficando, de novo, com a concessão do serviço público de televisão. A Radiotelevisão Portuguesa, de novo pessoa privada, assumiu o mesmo património, as mesmas obrigações e os mesmos direitos (Lopes, 1999: 34).

²⁶ Despacho do governo aprovado em Conselho de Ministros de 16 de setembro de 1974

²⁷ Decreto-Lei nº 674 – D/75 – I Série, nº 278, de 2 de dezembro

2.1. Financiamento na RTP

Ao falar no modelo de financiamento da Rádio e Televisão de Portugal estamos a falar de três épocas (Carvalho, 2009: 331).

Desde o início e até 1991, estava-se perante uma forma de financiamento misto que não foi sofrendo grandes mudanças. O custo elevado da implementação do serviço servia para justificar a indispensabilidade de se cobrar uma taxa. Esta taxa de televisão seria cobrada pela Emissora Nacional e era entregue à concessionária “depois de deduzidos 10 por cento para despesas de cobrança e encargos de fiscalização”. Previa-se que não fosse fácil o começo da televisão em Portugal e, por isso, foi definido que durante dez anos, anualmente, a Emissora Nacional de Radiodifusão devia entregar 10 por cento das taxas de radiodifusão. Depois destes anos, o valor e o tempo seriam reajustados. Como contrapartida pelas despesas de fiscalização e cobrança a Emissora retinha 10% do valor cobrado (Carvalho, 2009: 332). Este valor revestiu-se de grande importância para o desenvolvimento da RTP.

Para além da taxa existiam outras formas de financiamento presentes nas bases da concessão de SPT fundamentadas pelo custo elevado do funcionamento e manutenção de uma televisão. Para além de poder executar tarefas comerciais que tivessem uma ligação direta com a exploração da concessão as “emissões publicitárias, a cedência de tempo de emissão, a venda e aluguer de aparelhos de televisão e radiodifusão e os seus acessórios e a exploração de um serviço de assistência técnica aos aparelhos recetores de televisão” (Carvalho, 2009: 335) eram outras maneiras que a RTP tinha de ser financiada, segundo a Comissão da Televisão. Apesar de ter um modelo misto, a “participação minoritária do Estado no capital inicial da RTP não impediria que o Governo garantisse uma influência decisiva na empresa” (Carvalho, 2009: 404). Até ao final dos anos 50 a publicidade e as receitas das taxas eram insuficientes pelo que o Estado apoiou a empresa, contribuindo para o aumento do capital social da RTP. Até à sua nacionalização, em 1975, o capital foi, assim, essencialmente público.

Pelo país a disseminação da rede de emissores foi feita de forma rápida e em 1962, a empresa mostrou, pela primeira vez, um saldo positivo que se manteve até 1973. Este período foi o reflexo da recolha da taxa e da publicidade.

Após o 25 de Abril a RTP entrou numa situação de instabilidade financeira que se deveu a diversos fatores, como refere Arons de Carvalho: os encargos com o pessoal aumentaram consideravelmente (já desde o início dos anos 70); a taxa tornou-se insuficiente para compensar os altos níveis de inflação; o mercado da publicidade entrou em crise – devido ao recuo do crescimento da economia – na empresa seguiam-se conselhos de gerência²⁸ e as despesas de funcionamento cresciam (Carvalho, 2009: 343). Face a este cenário recorreu-se às subvenções públicas²⁹ regulares, a partir de 1976, como forma de financiamento. Apesar disto o valor da taxa aumentou e a RTP teve de controlar os gastos. Contudo, estas medidas não foram suficientes e a situação foi-se degradando durante anos, apesar de acordos³⁰ de ajuda que iam surgindo. Entre 1975 e 1979 e 1982 e 1985 a RTP registou resultados negativos, sendo a época mais crítica da empresa. A Radiotelevisão Portuguesa entrou num período em que começou a estar muito dependente da publicidade comercial, a taxa que se pagava era contestada (algumas pessoas não a pagavam e não tinham qualquer castigo por isso) e tinha problemas de constitucionalidade. Além disso falava-se que iria ser possível ver dois canais de operadores privados gratuitamente. Esta situação levou ao fim da taxa de televisão (Carvalho, 2009: 359).

Com o fim da taxa e a partilha do mercado publicitário (com o aparecimento da SIC e da TVI) a RTP teve uma alteração no seu modelo de financiamento, a partir de 1991, baseado, essencialmente, em indemnizações compensatórias. Contudo, este modelo ainda foi agravar mais a situação financeira da empresa porque estas indemnizações além de insuficientes, por vezes, tardavam em ser entregues. Assim,

²⁸ Entre abril de 1974 e março de 1978 a RTP teve dez conselhos de gerência.

²⁹ Subvenção pública é “toda e qualquer vantagem financeira atribuída, direta ou indiretamente, a partir de verbas do Orçamento do Estado, qualquer que seja a designação ou modalidade adotada”. O conceito de subvenção pública engloba as indemnizações compensatórias, cuja concessão e fiscalização se regem pelo disposto no decreto-lei n.º 167/2008, D.R. n.º 164, Série I de 2008-08-26, “sem prejuízo das especificidades decorrentes de regime comunitário ou de lei especial. A concessão de subvenções públicas está sujeita aos princípios gerais da atividade administrativa e, caso existam, aos princípios especiais a que esteja subordinada a concessão de cada subvenção em concreto”.

Disponível em:

<http://direitoeconomia.com/2008/08/subvencoes-publicas-regime-juridico/#sthash.RAMeDaBy.dpuf>

[consultado em junho de 2013]

³⁰ Nomeadamente o Acordo de Saneamento Económico-Financeiro (ASEF) entre a RTP e o Estado, em 1980. Este acordo “estabelecia os objetivos estratégicos da empresa [...] desde a cobertura do território pelas emissões até ao índice de produtividade e o nível de programação” (Carvalho, 2009: 345).

entre 1991 e 2003 a RTP, apesar da intervenção financeira do Estado, não conseguiu aplicar/rentabilizar o modelo de financiamento previsto no contrato de concessão de 1993 e mostrou incumprimento no de 1997. Os custos da RTP eram elevados; as audiências começaram a baixar em virtude do serviço prestado pela SIC e a necessidade da existência a RTP começou a ser posta em causa, ao mesmo tempo que se ia afundando na crise financeira (Carvalho, 2009: 371). Neste cenário, a reestruturação da empresa tornou-se essencial com vista a baixar os custos e a modificar a forma de financiamento. Foi apresentado um Plano de Reestruturação 1996-2000 associado a um novo contrato de concessão que definia que os canais 1 e 2 estavam entre as obrigações de serviço público e eram financiados totalmente por uma indemnização compensatória. Foi depois elaborado um novo *Plano Estratégico* (2000-2004) mas que não foi aprovado pelo então ministro da altura. Em maio de 2000 foi criada, pelo Governo, a *Portugal Global, S.G.P.S.,SA* que agregava a RTP, RDP e a LUSA contudo não teve os resultados desejados.

Em 2003 foi apresentado um novo modelo que estabeleceu as receitas comerciais de publicidade; as indemnizações compensatórias; as contribuições para o audiovisual que não se usassem no financiamento do serviço público de radiodifusão e as dotações de capital³¹ como principais fontes de financiamento da empresa (Carvalho, 2009: 391). Este modelo apresentava um Plano de Reestruturação Financeira (2003 a 2013) que acompanhava os contratos de sucessão seguintes que englobavam Acordos de Reestruturação. Estes acordos têm procurado soluções para combater a dívida do operador público português para tornar a RTP numa empresa estável e viável. O tema tem sido abordado pelos sucessivos governos em Assembleia da República e que se reflete no Orçamento do Estado. Pedro Coelho refere que “ o debate sobre o financiamento do canal público com recurso ao mercado, tem atravessado praticamente todos os governos desde o 25 de Abril” (Coelho, 2005: 105), como tivemos oportunidade de verificar.

³¹ Em 2011 a RTP no que se refere a dotações de capital/prémios de emissão apresentou o valor de 66.200 milhares de euros e em 2010 o valor de 120.300. Dados revelados pelo Ministério das Finanças – Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Sintetizando, atualmente, a RTP, além das receitas de publicidade é financiada pela contribuição audiovisual, pela indemnização compensatória e por capital por parte do Estado³².

3. Conteúdos: no Serviço Público e nas televisões privadas

Quando falamos em Serviço Público há todo um conjunto de termos que lhe estão associados e os conteúdos são, sem dúvida, um deles. Ao falarmos em televisão de serviço público estamos a referir-nos a:

“uma televisão inteligente e cidadã, feita por profissionais motivados, para espetadores exigentes, propor temas de reflexão, educar divertindo, surpreender pela inovação, informar com rigor e ética, dar voz a quem não tem voz e dizer aquilo que esses sem voz não sabem pôr em palavras, refletir sobre o seu papel e até autocriticar-se, cumprir horários respeitando, também nisso, o espetador” (Andringa, 2001: 24).

Uma televisão de serviço público deve focar o debate nos conteúdos, em programas concretos, uma vez que é isso que o cidadão vê. E a tónica é exatamente essa, a ‘preocupação’ com o cidadão – a contribuição para a formação da cidadania. Os conteúdos devem ser de interesse público, que “apelem à participação cívica do auditório, que questionem o funcionamento do Estado e dos poderes que o enformam, que protejam os cidadãos dos efeitos perversos da globalização económica e do liberalismo” (Coelho, 2005: 106). Uma televisão de serviço público deve apostar na qualidade, ser uma espécie de padrão, uma televisão de referência.

Para Felisbela Lopes o jornalismo praticado no serviço público e nas televisões privadas é o mesmo, contudo, é importante que exista informação “mais específica dos operadores públicos”. Defende, ainda, que em horário nobre, um canal generalista de SP, no que se refere à informação, não pode ser repleto de conteúdos de entretenimento, “devendo (...) ocupar esse segmento com formatos

³² A contribuição audiovisual – taxa cobrada a todos os consumidores de energia elétrica, ultrapassa 110 milhões de euros anuais; a indemnização compensatória entre 2004 e 2010 foi quase sempre superior a 120 milhões de euros/ano; o capital por parte do Estado, em 2009, ascendeu a 118 milhões de euros (Torres, 2011: 101).

que contextualizem acontecimentos, que promovam o debate social e que ajudem a dar relevância a realidades que permanecem na sombra”; defende ainda que o operador público deve ter “ - atenção ao equilíbrio/diversidade ou identidade nacional - ” no que diz respeito às prioridades do alinhamento, mas também ter em conta a importância jornalística (Lopes, 2008: 131).

Numa altura em que as televisões apostam no sensacionalismo, no entretenimento, em concursos e *reality shows*, e o espectador é visto apenas como um consumidor, os operadores de serviço público devem tentar inverter esta situação. Enquanto o operador público deve preocupar-se com a diversidade, qualidade e minorias, os operadores privados valorizam as audiências, as receitas e a publicidade. Eduardo Cintra Torres considera que, hoje, os canais sejam eles temáticos, generalistas ou privados têm conteúdos para informar, educar e entreter mas apostam mais nesta última vertente, e que o operador de serviço público “deve ser pensado a partir dos conteúdos de que os espetadores precisam e que os contribuintes podem pagar” (Lopes, 2001: 87). O autor acrescenta que o modelo de serviço público não precisa de pôr de lado o entretenimento mas que deve haver especial atenção uma vez que “o dinheiro público não deve ser desperdiçado em conteúdos que sejam proporcionados noutros canais e que não tenham valor acrescentado” e defende que a RTP deve apostar em “conteúdos documentais (...); na ficção histórica e literária; na ficção de temas atuais; programas com mais-valia de inovação temática e estética; na música popular e erudita; cinema que os outros canais não divulgam; em reportagens em profundidade: a programas em ligação com a sociedade civil³³; ao debate público e desinteressado” (Torres, 2009: 93).

O serviço público deve, então, estar disponível para explicar e contextualizar, participar na defesa da cultura e do património, respeitar minorias, encorajar a produção e acompanhar, a nível tecnológico os cidadãos (Santos, 2012: 16).

³³ O programa Sociedade Civil exibido na RTP pretende “despertar as instituições da sociedade civil para utilizarem a TV pública” (Torres, 2011: 94). O programa dedica-se a “melhorar a nossa vida, pessoas de mais de 60 organizações mobilizadas para soluções nas mais diversas áreas”. Os temas do programa “serão agendados de acordo com as áreas de competência dos Parceiros e com a actualidade nacional e internacional” (Site RTP).

3.1 Conteúdos na RTP

Basta olhar de relance para as grelhas de programação dos canais privados e do operador público para notar as diferenças. O caso do *prime time* é o que mais se destaca. Tanto os privados como a RTP1 apostam em ficção nacional depois do noticiário da noite mas enquanto os privados chegam a passar dois (ou mesmo três episódios) seguidos e entre elas fazem publicidade a anteceder o episódio seguinte (de maneira a tentar manter as audiências), a RTP normalmente/atualmente passa duas séries nacionais (*Bem-vindos a Beirais* e *Hotel 5 Estrelas*) e depois *Portugueses pelo Mundo*. Logo aqui a diferença e o cuidado da RTP em apresentar conteúdos que promovem/difundem a identidade nacional e a vida de cidadãos nacionais no estrangeiro.

Antes do telejornal, enquanto os operadores privados dão telenovelas, na RTP, *O Preço Certo em Euros*, é um programa que ocupa a grelha há vários anos sendo uma imagem de marca da estação. O facto de proporcionar contacto direto a várias pessoas com o meio televisivo (oportunidade que, provavelmente, não teriam se o programa não existisse) torna-o importante no cumprimento da missão de serviço público.

Durante o dia a programação não é muito diferente dos privados mas há vários aspetos que distinguem a RTP dos restantes. O programa *Prós e Contras*, por exemplo, emitido em direto uma vez por semana, permite o debate e a participação direta dos cidadãos. Além disto tem, ainda, a particularidade, desde sempre, de ser a televisão oficial da volta à Portugal em bicicleta e dos jogos de seleção.

Ao domingo de manhã emite a *Euracístia Dominical* e *Músicas de África*, indo ao encontro de programas destinados a grupos específicos.

De mencionar também, o papel da RTP2 ao prestar também serviço público, na medida em que emite vários documentários, dá destaque às várias modalidades desportivas e a programas de entretenimento infantil e que contribuem para a formação das crianças e jovens.

4. Debate e desafios em torno do Serviço Público

4.1. Desafios

São muitas as incertezas com que a televisão se debate em relação ao futuro, principalmente a televisão com estatuto de serviço público. Atualmente os operadores públicos de televisão vivem situações semelhantes um pouco por todo o mundo.

Entre acumulação de dívidas e grelhas de programação que em pouco (ou nada) se diferenciam dos canais privados, estes são alguns dos problemas que os poderes políticos tentam resolver. Associado a isso está a fragmentação dos públicos; a multiplicação das plataformas - e a convergência entre diversos setores dos media -; a mudança da paisagem mediática nacional e, também, internacional; a globalização e a internacionalização dos mercados – a compra de formatos internacionais (por exemplo, Big Brother, Secret Story) – e a tendência para a privatização e comercialização cada vez maior (Serrano, 2012)³⁴. Face a este desenvolvimento tecnológico que se registou nas últimas décadas é urgente, e imprescindível, proceder a uma recontextualização e reconfiguração do panorama audiovisual (do serviço público e privados).

A viabilidade do serviço público está em risco e se há pessoas que defendem a manutenção dos operadores públicos há quem apresente argumentos contra a continuação deste serviço. Os debates sucedem-se e as (possíveis) soluções que se encontram não são consensuais e geram controvérsia.

Para Pedro Coelho a “informação transformada em mercadoria, e que produz notícias, não para cidadãos, mas para consumidores, é o argumento que justifica a defesa de um serviço público de televisão verdadeiramente independente” (Coelho, 2005: 107). Eduardo Cintra Torres considera que o serviço público é útil na medida em que os operadores privados não têm certos conteúdos de serviço público; que muitos programas que os privados apresentam “estão cada vez mais comerciais e dependentes da colocação de produtos, que já editorializa os conteúdos; que a inexistência de um serviço público prestigiado alargaria as rédeas à ação dos privados, deixando de haver contraste para aferir os seus conteúdos”. Desta

³⁴ Conferência RTP – Serviço Público de Rádio e TV – Porquê? Que futuro?

maneira os espetadores poderiam comparar os privados com o serviço público, desprovido de influências comerciais, e iria servir para fazer coisas que os outros não fazem (Torres, 2011: 88).

Paquete de Oliveira também manifesta a sua opinião sobre o Serviço Público e mesmo reconhecendo os argumentos de quem é contra a sua existência defende que “por obrigação de manutenção da democracia deve o Estado garantir media de serviço público e sem se dispensar de se assumir como regulador do espaço de livre informação e entretenimento”. O ex-provedor do Espetador da RTP considera que “os media privados também fazem serviço público” embora não tenham “é o compromisso exclusivo, e por contrato com o Estado, de o fazer” (Oliveira, 2013: 33).

São inúmeros os desafios com que a televisão pública se debate. O serviço público tem de encontrar maneiras de oferecer aos cidadãos algo que justifique os apoios (com contrapartidas) que recebe do Estado.

Estrela Serrano³⁵ considera que se impõem três questões essenciais:

- O público procura canais ou conteúdos?

Está implicada a questão da marca. O SP deve ter uma marca, algo que distinga os programas dos outros pela qualidade, pela inovação, e que sejam “tecnicamente imbatíveis em termos de criatividade”.

- Como aplicar o modelo de SP aos novos media na “era pós-dominância do sistema de canais?”
- Deve, ou não, o SP estar presente em todas as plataformas?

No contexto atual quem não estiver presente em todo o lado muito dificilmente subsiste...

A juntar a estas questões enumera, também, alguns dos desafios que considera importantíssimos para que o SP justifique a sua existência, sendo eles: o SP deve ter viabilidade económica e para isso deve procurar patrocinadores, pessoas conscientes do valor e importância do SP, desenvolver parcerias com entidades públicas e privadas; conhecer os cidadãos e suas necessidades em

³⁵ Conferência RTP – Serviço Público de Rádio e TV – Porquê? Que futuro?

termos de informação; ter variedade em conteúdos, alguns populares e abrangentes; ser capaz de apresentar razões que convençam os “decisores políticos” de que o SP se reveste de valor adicional e alternativo à televisão comercial; arranjar estratégias que facilitem que se chegue aos cidadãos; estar nos media interativos – twitter, facebook – e apostar na inovação e excelência.

Falamos de serviço público mas não podemos descurar os desafios com que o Estado, também, se defronta. O Estado deve conferir transparência no financiamento – saber exatamente onde o dinheiro público é empregue – e “introduzir níveis de exigência nas formas de avaliação e regulação da TV Pública que a levem a fazer melhor” (Serrano, 2012).

4.2. Situação da RTP: debate e sugestões

O cenário que falámos aplica-se à situação que a RTP está a passar hoje em dia. A televisão pública confronta-se actualmente com uma mudança estrutural. A discussão em torno do operador público já dura há alguns anos, mas começou a ganhar mais destaque a partir de 2002 depois do governo PSD/CDS-PP ter mostrado intenções de modificar o quadro em que “tem funcionado a televisão pública em Portugal – seja com uma profunda (embora não totalmente explicitada) reestruturação da RTP, seja com a própria redefinição do modelo global de prestação de um Serviço Público de Televisão no nosso país” (Fidalgo; 2003: 7).

Na opinião de Joaquim Fidalgo o consenso

“[...] entre as diversas correntes de pensamento que entraram no debate deste assunto, foi na convicção de que a RTP nem no presente nem no passado (recente, pelo menos) se afirmou como exemplo aceitável de um “serviço público de televisão” global e coerente – sem prejuízo de ter, em diversas circunstâncias, desempenhado um papel de evidente interesse público e de preocupação com tal desígnio (que, aliás, lhe está contratualmente cometido)” (Fidalgo; 2003: 9).

A questão central prende-se com a possibilidade de reestruturação da empresa – se implica um recomeço do nada – “em moldes totalmente novos e libertos do fortíssimo “passivo” (não só económico-financeiro) acumulado” (Fidalgo; 2003: 9).

Paquete de Oliveira apresenta algumas sugestões para que a RTP perdure enquanto estação de serviço público e defende que “terá de passar por um forte e eficiente processo de racionalização em meios humanos e materiais (...), pela especificação de conteúdos” e deixar de “imitar as concorrentes comerciais – mais inovação e menos mimetismo” – e convencer os cidadãos “de que é útil à cidadania e à vida democrática”. É importante, ainda, apostar numa programação diversificada e “articular com maiores dividendos a simbiose complementar entre o 1º e 2º canais”, que tantas vezes é esquecida. Os “compactos de informação deviam ser trabalhados de melhor maneira e criteriosamente escolhidos poderiam enriquecer a atratividade do público sobre os canais 1 e 2, suprimindo-se assim a RTP Informação”. A RTP também pode (e deve) tirar partido da junção empresarial que tem com a rádio e “tirar mais dividendos operacionais” (Oliveira, 2013: 34).

Abordadas as questões fulcrais afetas ao serviço público e à RTP, segue-se o diário de bordo onde relatamos as experiências vividas durante o estágio realizado na delegação regional da RTP Coimbra, e que pretende mostrar em que medida o que se entende por serviço público é cumprido nesta delegação regional.

Diário de Bordo

A experiência de 3 meses na delegação regional da
RTP Coimbra



A espera compensa

Depois de meses de alguma ansiedade a aguardar o meu estágio chegou, finalmente, o dia 25 de março de 2013, 10h00 de uma manhã nublada. Lá estava eu sentada na receção da delegação regional da RTP de Coimbra à espera da senhora que, segundo indicações que me tinham sido dadas anteriormente, me iria apresentar ao orientador de estágio.

Entretanto passa uma pessoa que me diz bom dia e entra numa porta. Volta atrás, pergunta-me se sou a Joana e diz para eu ir com ele. Era jornalista da Antena1. Fomos até ao bar da delegação onde estavam outros jornalistas e trabalhadores da empresa e apresentou-me. Ele fazia anos nesse dia e levava um bolo que dividiu por todos. Foram-me mostrar as instalações: o estúdio de televisão, os de rádio, a régie, as ilhas de edição e as redações. Disseram para estar à vontade e me sentar na secretária que quisesse. Sentei-me e observei a redação que me ia acolher durante 3 meses: vários computadores, três televisões ligadas nos principais canais informativos, rádio sintonizada na Antena1 e todos os jornais generalistas, regionais e alguns especializados sobre as secretárias. Com o tempo, ganhei o mesmo hábito que os jornalistas. Todas as manhãs a leitura ou só ‘passar os olhos’ pela imprensa escrita era obrigatório.

Nesse dia ainda me mostraram o sistema ENPS³⁶ e explicaram-me a sua utilidade e como funciona. Este sistema assume grande importância porque é através dele que se recebem e consultam os comunicados de várias agências (nacionais e internacionais), os jornalistas consultam os alinhamentos do Jornal da Tarde e do Telejornal e enviam oráculos e outras informações sobre peças que fizeram ou procuram dados sobre trabalhos que ainda vão fazer.

³⁶ O ENPS (The Essential News Production System) é um sistema usado por jornalistas em mais de 800 redações de rádio e TV em mais de 60 países. É um sistema multi-plataforma que torna mais fácil e eficiente a criação de conteúdos para transmissão, web, mobile e media sociais. Permite aos usuários a encontrar criar o que eles precisam e ainda a ligação entre vários sites de colaboração, partilha de informações e, permitindo distribuir conteúdos multimédia por vários canais. Disponível: <http://www.enps.com/> [acedido julho 2013]

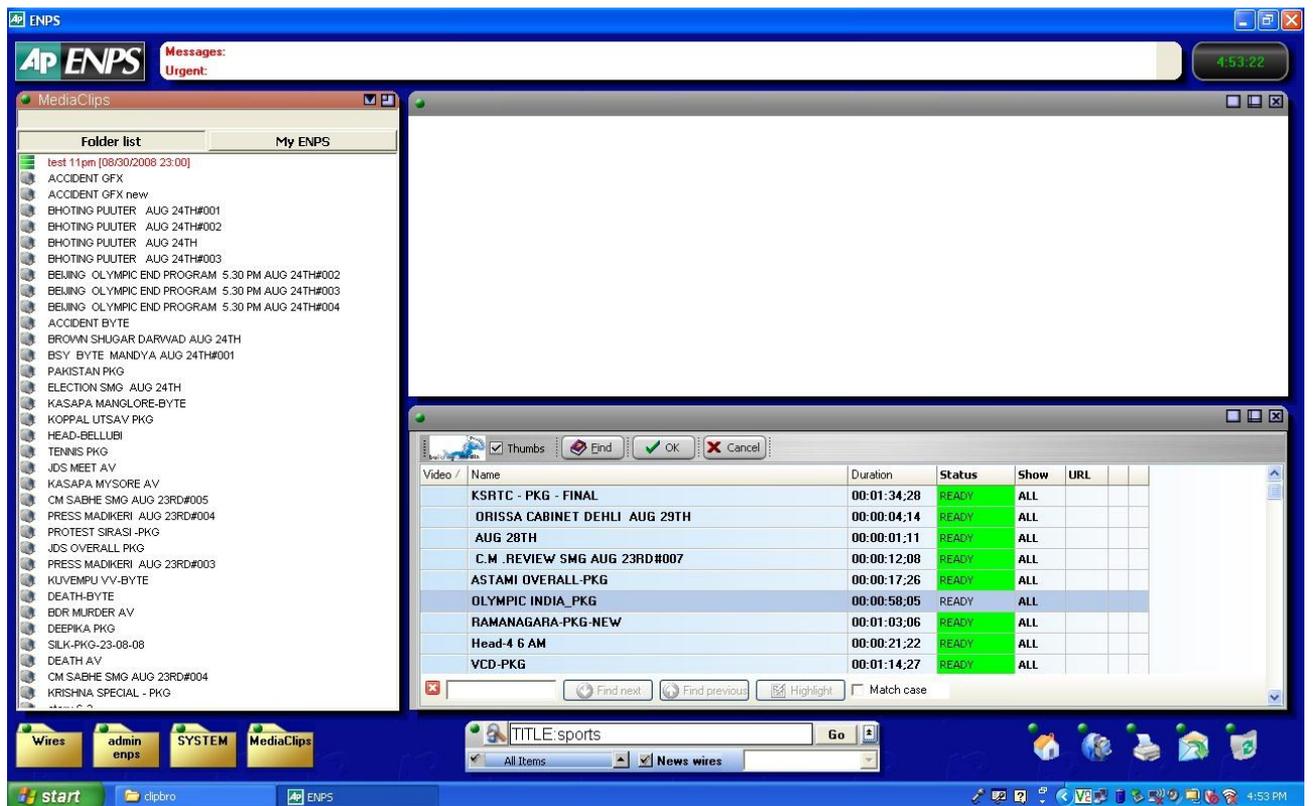


Fig. 1 – Exemplo do ambiente do ENPS

Passei o dia a familiarizar-me com o programa, a ler comunicados, a informar-me sobre a atualidade e a procurar informação sobre a saída em reportagem agendada para o dia seguinte.

“Dois em um”

Uma das vantagens de ter optado pelo estágio nesta delegação regional foi a oportunidade de poder experimentar o ambiente da rádio. A redação da televisão e da rádio é conjunta e não há divisão em editorias sendo que as peças que fizemos foram sobre temas muito diversificados: política, saúde, desporto, educação...

Logo no segundo dia na parte da manhã, um jornalista da rádio esteve a explicar como trabalhar com o Dalet, um programa de edição de som, usado pela Antena1 e RDP, que permite disponibilizar a peça, em segundos, no servidor, para ser posta no ar em Lisboa, por exemplo; através dele, Lisboa, Porto e as outras delegações estão em contacto permanente. A título de exemplo, nesse dia, o jornalista “enviou um som³⁷” às 12h28 para Lisboa com umas declarações e, minutos depois, ele estava no ar no noticiário de desporto que se inicia às 12h30.



Fig. 2 – Aspeto do DALET (do lado esquerdo estão diversas pastas: RDP África, RDP Internacional, Formação, Informação Coimbra (subdividida em dias e programas), Correspondentes Coimbra, Antena 3, entre outras. Do lado esquerdo está a representação de um som que é editado e sai a peça final)

³⁷ Referimo-nos a esta expressão quando o som (que pode ter sido previamente editado ou não) fica disponível no servidor para ser ouvido em qualquer redação e, eventualmente, ser posto no ar.

Se a manhã foi passada pela rádio, à tarde foi a primeira saída em reportagem. A visita da ministra Assunção Cristas a Coimbra e Montemor-o-Velho para assinar o protocolo para a obra de desassoreamento do rio Mondego e aproveitamento hidroagrícola do Baixo Mondego. Nesta primeira saída, os órgãos de comunicação social presentes eram os jornais regionais, de âmbito nacional estavam a LUSA e a TSF mas de televisões a RTP foi a única, facto que julgamos merecer destaque. Contudo, esta não foi uma situação inédita, sendo que outras vezes nos apercebemos do mesmo, que a RTP estava a fazer a cobertura da notícia sem mais nenhuma televisão de canais concorrentes presente no local.

Nesta saída, há outro aspeto a assinalar: além da equipa de televisão (constituída, sempre, por um jornalista e um câmara – e, neste caso, eu, a estagiária), um jornalista da rádio também nos acompanhou porque tinha indicações para fazer uma peça para a Antena1. Outras vezes aconteceu/acontece o mesmo, sendo esta uma maneira de rentabilizar recursos.

Numa saída que fizemos à Figueira da Foz aquando da greve dos jogadores da Naval 1º de Maio, a RTP foi ao local tentar recolher declarações de alguém ligado à equipa. Embora só se tenha conseguido imagens do capitão de equipa a dizer que não iam falar, foi possível montar uma peça só com esse ‘vivo’ (que teve de ser legendado porque como não foi permitido que entrássemos nas instalações do clube o repórter de imagem só recolheu imagens de fora e o som não era bem perceptível) e a voz do jornalista. A peça passou no *Telejornal* e teve várias promos a fazerem-lhe referência. Os órgãos que estiveram no local nesse dia foram a agência Lusa e um jornal desportivo e nenhuma televisão para além da RTP.

Estes factos fizeram-nos refletir sobre o porquê de acontecer isto. A SIC e a TVI, em Coimbra, trabalham com produtoras, sendo que os recursos humanos e técnicos são mais escassos/limitados que os da RTP que tem uma delegação regional em Coimbra de uma dimensão considerável. Enquanto a RTP vai para o local sem certeza absoluta de que do trabalho vá dar uma notícia, as outras televisões têm de fazer escolhas tendo em conta a maior probabilidade de saírem para um local onde haja notícia. Por exemplo, se a RTP tem três equipas disponíveis para irem para três locais diferentes mas a TVI só tem duas tem de ‘jogar mais pelo seguro’. Claro que isto pode trazer consequências e levado ao extremo pode perder-se a notícia do dia. Mas cada estação tem os seus recursos e tem de saber rentabilizá-los e fazer escolhas. Esta situação remete-nos para a importância do

serviço público feito pelas delegações regionais e também vai ao encontro de alguns valores notícias de seleção (critérios contextuais³⁸): a disponibilidade (que está relacionada com a facilidade para fazer a cobertura do acontecimento, pesando-se quais são os meios e custos que a cobertura exige) e a concorrência (a incessante procura pela exclusividade e pelo furo jornalístico).

Os primeiros passos sozinha

No terceiro dia, a saída estava marcada cedo para Pombal para fazer uma peça para o Jornal da Tarde (13horas) sobre a emigração de bombeiros³⁹. Imagens recolhidas e entrevistado o comandante da corporação, fomos para a rua procurar recolher testemunhos de pessoas. O jornalista disse que ficava a aguardar que eu fosse com o repórter de imagem fazer as perguntas e que não interferiria. Podia parecer insignificante mas encarei o gesto como uma prova de confiança. As pessoas não facilitaram o trabalho, várias não quiseram falar, outras não queriam ser filmadas. Isto é só um exemplo de contrariedades por que os jornalistas passam e com que nos deparámos ao longo do estágio: como, por vezes, coisas aparentemente simples atrasam o trabalho.

O jornalista deu-me umas indicações gerais do que seria importante recolher para incluir na peça, mas que eu tinha liberdade para perguntar o que quisesse e achasse adequado. Mentalmente fiz um esquema da ordem a seguir: a questão principal era a partida de 22 bombeiros para o estrangeiro e conseqüentemente a redução do número de ativos. A partir daqui defini de imediato o que ia perguntar: se a população sabe desta situação, se está, ou não, preocupada e se não acha que a segurança está em causa. Consoante a resposta das pessoas em alguns casos fiz outras perguntas. O jornalista aproveitou as respostas e foi enriquecedor para peça porque, como deve ser, demos voz às pessoas que, direta ou indiretamente, são

³⁸ Critérios abordados por Néelson Traquina e Pierre Bourdieu. Para os autores os jornalistas operam uma seleção e uma construção do que é selecionado, fazendo por isso a distinção entre valores-notícia de seleção – que se dividem em substantivos e contextuais - e de construção.

³⁹ Os bombeiros de Pombal já assistiram à emigração de 22 membros da corporação e estão preocupados com a redução do número de ativos de maneira que tentam solucionar o problema através da formação a mais voluntários. O comandante aponta a dificuldade em adaptar a vida de bombeiro à crise que afeta o país como razões para esta decisão dos bombeiros.

afetadas. Mesmo as que ficaram a saber por nós o que se está a passar na região quiseram manifestar a sua opinião. Trabalho feito, voltámos para Coimbra, acompanhei de perto a escrita e montagem da peça pelo jornalista e repórter de imagem e o seu envio para Lisboa, através da régie.

Na quinta-feira seguinte, estava marcada uma manifestação no bairro do Ingote⁴⁰. Saímos para o local e depois de várias voltas o jornalista entrou em contacto com o diretor e com o coordenador do telejornal, explicou a situação e consideraram que não se justificava uma notícia sobre o acontecimento. Quando saímos em reportagem a ideia era que sendo a manifestação num bairro problemático a probabilidade de dar confusão era grande mas não foi isto que aconteceu. Apenas com algumas pessoas reunidas, tudo foi pacífico e facilmente controlado pela polícia sem episódios de violência. A RTP ia com o objetivo de ver se era possível produzir informação a partir de um acontecimento regional e que fosse relevante ser divulgado mas não foi o que se passou. Nesta deliberação entraram em conta os critérios de valor-notícia -conflitos e controvérsia⁴¹- e, mais uma vez, notou-se a marca de serviço público, na medida em que a RTP foi procurar dar voz a públicos regionais. Neste caso a decisão de não ser feita peça foi fácil de ser tomada embora haja casos em que não é. Estas decisões podem ser mais facilitadas dependendo dos trabalhos que estão em agenda ou do alinhamento dos noticiários. Acontece serem pedidas peças e depois, por alguma razão (um direto sobre uma notícia de última hora, por exemplo), ‘caem’ do alinhamento.

Sexta e sábado foram dias ‘reservados’ ao desporto, com a antevisão do jogo da Académica com o FC Porto e o jogo.

⁴⁰ A manifestação/concentração era organizada pelos utentes do Centro Comunitário S. José da Cáritas Diocesana de Coimbra e pelos moradores dos bairros do Planalto do Ingote. Em causa estava o encerramento do serviço de apoio aos toxicodependentes da instituição que ia acontecer no início da semana a seguir. Esta era a segunda manifestação (na semana anterior tinham feito outra) no Bairro da Rosa.

⁴¹ A presença de violência dá mais valor-notícia, marcam uma rutura do que é normal.

Duas estagiárias no mesmo barco

Na delegação de Coimbra entre administrativos, técnicos, jornalistas (de televisão e rádio) e repórteres de imagem trabalham cerca de 20 pessoas. Eram estas as pessoas que ia encontrar.

Contudo, a segunda semana começou com uma novidade: a chegada de uma nova estagiária. Passámos muito tempo juntas, ajudámo-nos, dividimos as saídas para fazermos o mesmo número de peças. Quando escrevíamos os off trocávamos ideias ou opiniões sobre o que ficava melhor. Aconteceu pedirem-nos para escrevermos peças juntas que contribuiu para fortalecer o espírito de equipa. Nem tudo foi sempre fácil e também tivemos dificuldades comuns como escolher o ângulo de abordagem para começar a peça ou quais os vivos que devíamos escolher. Normalmente, depois de acabadas as peças víamos um trabalho uma da outra.

Em suma, partilhámos esta experiência e sei que, quando me recordar destes três meses, ela é uma pessoa que vou sempre recordar. Ao contrário das pessoas que tinham estagiado antes, nós pudemos e soubemos conciliar o tempo e passávamos todo o tempo que podíamos na RTP, sem olhar a turnos ou horários, com a devida autorização do senhor diretor.

A agenda e o método de trabalho

As saídas em reportagem podem ser previamente marcadas ou partirem de imprevistos. O secretário de redação é o responsável pela agenda, recebendo os e-mails e telefonemas com informação sobre os acontecimentos, dando conhecimento ao diretor que é quem decide se manda alguma equipa ou não e, em alguns casos, qual o jornalista que vai. Quando o diretor não indica, é o secretário de redação que distribui o trabalho, tendo em conta as folgas e equipas que estão a trabalhar. Também é possível uma proatividade por parte dos jornalistas que podem propor trabalhos.

Quando o jornalista recebe o trabalho define as horas de saída para o local (no caso de uma conferência, manifestação ou jogo de futebol, por exemplo que têm horas certas de começo) e informa-se sobre o assunto que vai abordar. Para isso

recorre a jornais, à internet ou fala com pessoas que o possam ajudar. No caso de ser uma peça de que só conhece o tema, o jornalista procura contactos; se forem entrevistas, tem de combinar a melhor altura as marcar sendo que, na vida de jornalista, a ausência de horários e a imprevisibilidade são uma constante e estão sempre condicionados pelo tempo. Uma peça pode ser pedida de manhã para o Jornal da Tarde ou solicitada com semanas de antecedência, caso o acontecimento esteja agendado. As preparações (procura de informação, os contactos e as perguntas a fazer) para os trabalhos são diferentes conforme o tempo que têm para o fazer e o que é pedido: se é uma entrevista, uma peça de maior duração⁴² que o normal ou um roteiro, por exemplo.

Informado sobre o que vai fazer, o jornalista parte para o local. O repórter de imagem recolhe imagens, e o jornalista faz a(s) entrevista(s) e vai tirando apontamentos de informações, já a pensar no que vai escrever. (Várias vezes assisti ao jornalista a escrever o texto no carro quando estava pressionado pelo tempo).

Depois de feito o trabalho 'no terreno' há duas situações que dependem do fator tempo, essencial, nesta fase:

- Se a saída for de manhã para longe da delegação e a peça for para o Jornal da Tarde, no caso de não se chegar a tempo, leva-se o computador. Num local - pode ser um café - o jornalista escreve o off (texto da peça) e, com o repórter de imagem, monta e grava a peça que depois é enviada para Lisboa.
- Se há tempo, regressa-se à delegação, o jornalista vai ver as imagens para escolher os vivos (declarações dos intervenientes), tira os *timecodes* (que facilita a edição) e escreve o off. Depois é feita a sonorização (o jornalista dá voz ao off) e o repórter de imagem monta e "pinta" (coloca imagens sobre o 'esqueleto' da peça) a peça. Importa realçar que, nesta delegação, além de filmar, o repórter de imagem também edita. Normalmente nas redações há duas pessoas para estas funções.

De seguida, enquanto o repórter de imagem termina a peça e vai enviá-la pela régie, o jornalista envia pelo ENPS a proposta de pivô (são as

⁴² Normalmente quando são trabalhos para o "*Portugal em Direto*" os jornalistas recebem a indicação da duração que as peças devem ter e são maiores do que as que fazem para os blocos informativos. O que nos foi transmitido e reforçado durante o estágio é que quanto menor a duração da peça melhor, e que 1 minuto por vezes é suficiente (sendo que se tem como ideal peças de 1'20). Os 'lençóis' (termo usado na gíria jornalística para referir offs/peças longas) não são garante de peças melhores: quantidade não é necessariamente qualidade e em jornalismo é uma área em que a expressão bem se adequa.

informações principais da peça que reúnem/resumem o essencial) e os oráculos (informação escrita que passa sob a peça).

Depois de enviada a peça ela fica armazenada num servidor, e é a coordenação em Lisboa ou no Porto que a põem no ar⁴³.



Fig. 3 – Ilha de edição

A maneira diferente de edição, no computador e na ilha, está associada a dois sistemas de edição diferentes: não linear e linear, respetivamente. Nesta delegação usa-se a edição linear⁴⁴, excepto quando é feita no computador.

⁴³ Às vezes a peça está no alinhamento para passar em determinado bloco informativo mas pode 'cair' em detrimento de outra.

⁴⁴ Neste tipo de edição partes de material original de uma ou mais cassetes são copiados para outra fita. Eliminam-se os planos que não se vão aproveitar e os que vão ser usados ordenam-se e incluem-se os efeitos de áudio e vídeo. A ilha de edição linear é formada por uma ou duas videocassetes player, onde se põe a cassette com a gravação original, um recorder, sítio onde se põe a cassette que vai ser editada, e um edit controller que controla as máquinas. Uma das desvantagens deste sistema é que não permite inserir efeitos, sendo, por isso, limitado.

Peças que marcaram...

Em Coimbra, os jornalistas que trabalham em televisão fazem trabalhos sobre todos os temas e foi importante para mim não estar centrada numa só área porque, assim, pude ficar a conhecer mais assuntos, mesmo aqueles que não aprecio tanto ou sobre os que menos sabia. No final do primeiro mês já tinha feito peças sobre várias temáticas⁴⁵. Há algumas que nos marcaram especialmente e destacá-las-emos: um falso direto⁴⁶, com 14 minutos, para o *“Portugal em Direto”* sobre o projeto da instituição ATLAS em que se contactou com idosos que vivem sozinhos em casas com poucas condições; na comemoração dos 50 anos da maternidade Bissaya Barreto, estivemos no serviço de neonatologia com os bebés prematuros; a descoberta de um cadáver que estava em casa há 13 anos, deixando a família em choque (e a receção aos jornalistas não foi a melhor); uma entrevista a um casal de desempregados em que os dois se emocionaram; um roteiro turístico na zona de Arganil e, por fim, uma peça (para rádio) com um treinador de cães em que fomos assistir a dois treinos com cães com comportamentos agressivos.

Nestas peças, numas mais do que outras, mesmo sem querer houve dificuldade em manter o distanciamento, sem envolvimento emocional. No caso da entrevista ao casal, o jornalista deixou-me ser eu a fazê-la e, mesmo tendo cuidado com as perguntas, por ser um assunto delicado, as pessoas começaram a chorar... é complicado quando se interfere com os sentimentos das pessoas. Pensamos que pode ser um de nós naquela condição que, infelizmente, é cada vez mais recorrente mas quando estamos perante situações destas temos de pensar que estamos a trabalhar e que estamos ali com um objetivo. Embora o coração ‘não seja posto de parte’ porque estávamos a falar com pessoas que estão fragilizadas e temos de ter cuidado com o que perguntamos, a razão tem um papel importante para não nos deixarmos levar pelas emoções e comprometer o trabalho. O jornalista, no final, disse que tínhamos feito um bom trabalho. É sempre bom ouvir elogios ao nosso trabalho. Enviou-se algumas bocas para Lisboa que foram incluídas numa peça

⁴⁵ Num total tinha saído 19 vezes e entre peças de rádio e televisão, gravadas e por gravar, tinha 10 (algumas não fiz porque eram só ‘bocas’). As peças visaram: política, educação-ensino, desporto, cultura, saúde e regionais. Ver “Calendarização de saídas” e anexos: “Peças”.

⁴⁶ Assistimos a alguns falsos diretos durante o tempo de estágio. A designação de falso direto atribui-se a um direto que é gravado e depois passa na televisão. Para o espetador o falso direto é igual a um direto e, se não for explicitado, pode não fazer distinção.

sobre desemprego e que passou em vários blocos informativos na RTP e RTP Informação.

No caso da peça sobre a maternidade, enfrentámos uma realidade que desconhecíamos por dentro. A jornalista também ficou comovida com as situações a que assistimos e teve sensibilidade a tratar o assunto. Os pais de um bebé estavam ao lado da incubadora e a jornalista ainda ponderou perguntar se podia entrevistá-los mas perante o quadro que estávamos a assistir optou por não o fazer. Teve também cuidado a salvaguardar a imagem e identidade das crianças, como assim deve ser.

Na peça do cadáver em casa há 13 anos, quando chegámos ao local (a RTP foi a primeira televisão a chegar) encontrámos um tio do falecido que se disponibilizou a falar e abriu o portão para o jardim da casa onde foi encontrado o corpo, permitindo a nossa entrada e a recolha de imagens. Estivemos a conversar e a recolher declarações do senhor no jardim, quando de repente aparece uma senhora (tia da vítima) ao portão aos berros e a mandar-nos sair. O jornalista disse ao senhor que a conversa continuava fora do portão porque queria evitar problemas, embora não estivéssemos a fazer nada de errado porque tínhamos a autorização dele para estar ali. Através de uma habitante do local que entrou em contacto com a senhora, ela não dava ordem para se colocarem imagens do interior do portão e não queria falar. O jornalista, educadamente, disse que precisava que a senhora lhe garantisse que o tratamento seria igual para os outros órgãos de comunicação social para que nenhum ficasse em desvantagem sobre outro. Quando foi a altura de montar a peça a equipa teve o cuidado de não colocar as imagens.

O roteiro foi outra peça (também para o “*Portugal em Direto*”) que recordamos porque, contrariamente às que referimos antes, foi ‘mais leve’. Saímos de manhã da redação e só voltámos ao final do dia, entrevistámos várias pessoas, passámos por vários sítios e, apesar de cansativo, foi um trabalho agradável de se fazer. Além disso, foi a primeira vez que fui para a frente da câmara e gravei um falso direto que pude incluir na minha peça. Os roteiros são trabalhos que se costumam fazer pela delegação de Coimbra para o “*Portugal em Direto*”. Durante o tempo de estágio fizeram, para além deste na zona de Arganil, um em Viseu e outro em Ovar. Este trabalho foge aos padrões jornalísticos que estamos habituados a ver, de jornalismo sobre temas ‘sérios’ (*hard news*) e suscita a questão se estamos perante informação ou entretenimento. Este género inclui-se mais nas *soft news*, talvez no

infoentretenimento, uma vez que une a ideia de informação e espetáculo, uma vez que resulta de um acontecimento específico e não é sobre um assunto sério. A opção pelos roteiros justifica-se porque são uma maneira de promover regiões, a maior parte delas pouco conhecidas. A RTP está, assim, a divulgar o país, cumprindo a sua missão de serviço público, e as delegações, por uma questão de proximidade, facilitam a realização destes trabalhos que, muitas vezes, são sobre lugares que ficam longe dos grandes pólos Lisboa e Porto.

Saídas que não dão em peça

Foram algumas saídas que não deram para fazer peça. As equipas quando saem têm indicações dadas pelos coordenadores sobre o que pretendem ou, outras vezes, vão para “ver no que dá”. Acontece só mandarem ‘uma boca’ (termo da gíria jornalística para referir uma declaração, por exemplo). Às vezes, quando menos se espera, um acontecimento que, à partida não teria nada de relevante, pode tornar-se na notícia do dia. Mais uma vez, o carácter de imprevisibilidade está presente. Ao falarmos em ser relevante estamos, mais uma vez a pensar nos valores notícia ou critérios de noticiabilidade. Eles estão presentes desde a seleção ao produto final. Auxiliam na seleção e escolha dos acontecimentos que se vão transformar em notícias e são as diferentes disposições que acontecem entre valores notícias distintos que favorecem a seleção de um fato. São como linhas orientadoras que os jornalistas têm em conta para definir o que é prioritário e destacar ou omitir algo, tendo sempre em mente o público.

Para a RTP Coimbra a proximidade, a relevância (capacidade do acontecimento ter impacto sobre as pessoas ou o país), o inesperado e a novidade são alguns dos critérios (que se inserem nos substantivos) que se têm em conta para que haja notícia, mas quem dá a palavra final para que se avance com o trabalho é sempre o diretor.

No calendário que está em anexo identifiquei as saídas que não resultaram em peça.



Fig. 5 – Exemplo de uma saída em que aproveitei para fazer uma peça embora o jornalista, por indicações, não tenha feito
(foto tirada por mim)

Televisão que dá (para) rádio...

Se em situações saímos e não se fez peça para passar em nenhum bloco informativo de nenhum canal da RTP, noutras ocasiões, aproveitaram-se os sons de televisão para fazer peça para rádio. A delegação de Coimbra tem uma jornalista que faz trabalhos para televisão e para a Antena1 e aproveitava os sons para fazer duas peças. Outras vezes, quando só ia a televisão e depois se justificava uma peça para rádio, os jornalistas cediam os sons.

Mesmo quando os jornalistas não faziam peças, nós ficávamos com as cassetes do bruto e fazíamos peças para treinar. Quando as saídas eram falsos diretos e para televisão, não tínhamos planos suficientes para montar uma peça, fazíamos para rádio. Tínhamos de ter em atenção que a maneira de escrever era diferente e que enquanto na televisão a imagem pode mostrar algo que não se diz, na rádio isso não acontece, só temos som por isso temos de explicar bem.

Sempre que pedíamos os jornalistas corrigiam os offs antes de gravarmos - aconteceu uma vez ter pedido ao jornalista mas ele não o pôde fazer logo porque teve de sair em reportagem mas na viagem ligou para a redação e disse para lhe ler a peça. Deu sugestões para alterar e quando regressou leu a peça final -alertávamos para expressões a evitar, que podiam afetar a compreensão de quem via/ouvia

a peça, avisavam-nos para ter cuidado em não começar com as informações que já dávamos na sugestão de pivô (evitar a repetição), diziam-nos para tentar começar a peça de maneira original, para atrair o espetador, e, importante, ter cautela para não referir nos offs coisas que já eram ditas nos vivos.

Duplex

Todas as semanas às quartas-feiras, à meia-noite, no estúdio de televisão é recebido um convidado para entrar em direto no “24horas”. Às vezes também fazem para outro bloco informativo. A duração é curta mas envolve alguma dinâmica porque tudo é controlado ao minuto, e sendo em direto, as coisas não devem correr mal. Chama-se duplex porque a imagem na televisão está dividida em duas janelas. Não tive intervenção neste bloco mas acho que deve ser referido no presente relatório porque vi como é feito e é outro trabalho que se faz na delegação de Coimbra. A existência deste estúdio e a localização no centro do país tem vantagens não só para a RTP como para os convidados que assim não inviabilizam/comprometem a sua presença na televisão por questões como a deslocação.

Cooperação

As peças feitas na delegação de Coimbra passam por todos os canais da RTP. Saímos para peças que passaram, exclusivamente, na RTP Internacional (a propósito da independência de Timor), outras só na RTP Informação e houve um trabalho que foi pedido pela delegação da Madeira (sobre a exposição de uma jovem madeirense que está a estudar em Coimbra). Aconteceu a equipa de Viseu estar de folga e ir uma equipa de Coimbra fazer um trabalho naquela zona. Num roteiro que fizeram na zona de Ovar o repórter de imagem passou pelos estúdios do Porto para buscar uma câmara.

Pareceu-nos existir uma boa colaboração entre as delegações e, também, com os grandes centros.

Disponibilidade para ajudar

Em televisão, escrevemos e gravámos várias peças mas estávamos sempre sujeitas/condicionadas a ter as cassetes e à disponibilidade dos repórteres de imagem para gravar e montar a peça. Sempre que pedimos, os jornalistas liam os off que produzimos e davam sugestões para os melhorar. Inclusive, numa peça, auxiliámos o jornalista a escrever o off gravado e passado no telejornal.

Os repórteres de imagem, sem obrigação para o fazer, montavam as peças connosco e ajudaram-nos com sugestões para a leitura e sonorização: que devíamos suster a respiração antes de iniciar a leitura; ter atenção às respirações e ao registo. A colocação da voz é importante.

Para quem não sabe, na RTP os estagiários não podem sonorizar peças que vão para o ar. É política da empresa que assim seja além de que estagiários não têm carteira profissional.

Rádio – Antena1 e RDP Internacional

Uma das vantagens de tempo de estágio na delegação da RTP Coimbra foi poder fazer rádio e hoje olho de outra maneira para este meio.

Até às últimas semanas de estágio tivemos mais contacto com televisão e para rádio as peças que tínhamos feito foram sobre desporto. Assistimos a uma emissão em direto a partir a partir do estádio e o jornalista explicou como se monta o material e o que se tem de fazer para/até entrar em direto. Entre cabos, telefonemas e saber o que se vai dizer tudo é coordenado para evitar falhas.



Fig. 6 – Aparelho de rádio para entrar em direto e gravador

O método de trabalho

Muito trabalho é feito até uma peça ser ouvida na rádio. Depois de ser atribuída uma peça ao jornalista ou de ter ordem para fazer a que propôs recolhe informações e faz os contactos. Combinado hora e local com os entrevistados o jornalista leva o material (microfone e gravador) e sai no carro da empresa em reportagem. Ao chegar ao sítio fala com a pessoa em questão, pergunta-lhe se dá autorização que comece a gravar e inicia a entrevista. No final regressa à redação e passa os sons para o computador (o bruto – som não editado). No caso da entrevista ser feita por telefone é feita na redação em equipamento próprio, ligado ao computador.

Depois escreve a sugestão de pivô e dependendo da maneira como o jornalista prefere (ou está habituado) trabalhar podem suceder duas situações:

- O jornalista já tem uma ideia do off (texto) que vai escrever e quando ouve o bruto tira o tempo das declarações que quer, edita e depois escreve o off;
- O jornalista ouve o bruto e escreve o off e depois é que vai editar os sons⁴⁷.

De seguida o jornalista vai ao estúdio gravar o off e monta a peça no programa Dalet. Terminada é colocada na pasta do programa onde vai passar e o jornalista liga ao coordenador de emissão para o informar que já está pronta e envia a sugestão de pivô.



Fig. 7 – Computador para passar os brutos e aparelho para fazer/gravar entrevistas por ‘telefone’
(foto tirada por mim)

⁴⁷ Em rádio os sons das declarações que se inserem nas peças chamam-se registos digitais enquanto em televisão são vivos.

Entretenimento

A importância da delegação de Coimbra enquanto serviço público vai muito além da produção informativa.

Durante o tempo em que estávamos nas instalações, pela manhã, assistimos, diversas vezes, no estúdio às emissões em direto da RDP Internacional (das 11h às 13h). Esta emissão de, aproximadamente, duas horas engloba-se no género de entretenimento e realiza-se de 2^a a 6^a.

11:20	10:20	Manhãs de Coimbra Com João Costa 11:21 - Temperaturas 11:30 - Lugares Comuns
12:00	11:00	Noticiário Antena 1 (RDPI)
12:12	11:12	Manhãs de Coimbra Com João Costa 12:13 - Temperaturas 12:20 - Os Factos e a sua História 📺 12:30 - Jornal de Desporto Antena 1 (RDPI) 12:45 - Histórias Assim Mesmo (RDPI)

Fig. 8 – Grelha da emissão da manhã

“ Esta emissão de sexta-feira é especial... “

Uma tarde em que estávamos na redação o locutor que fazia a emissão da manhã convidou-nos a participar na gravação da emissão que ia passar de madrugada. Pensámos que íamos ficar caladas a assistir como já tinha acontecido nas emissões da manhã mas desta vez foi diferente. Durante a gravação o locutor fazia perguntas e nós respondíamos. Era uma conversa num ambiente descontraído, em que sugeríamos músicas. Foi tudo improvisado e o que se falou nem sempre era verdade.

Quando saímos do estúdio estivemos com a técnica a ouvir partes do resultado final e o programa foi mandado para Lisboa. Ficámos admiradas por não haver qualquer tipo de corte ou edição mas como a intenção é parecer que é mesmo em direto deixam passar assim para parecer mais realista. Entre frases como “Já passa das 4h da manhã aqui em Portugal” e a terminar com um “obrigado Joana” foi

engraçado estar do lado de lá e imaginar-nos no papel do ouvinte que não consegue perceber que se trata de uma emissão gravada.

No fundo agradecemos por mais uma experiência nova que esta delegação proporcionou. Foi importante para ver diferenças entre informação e entretenimento e como este registo também é importante. Serviço Público (também) é isto, apresentar vários formatos e registos, com qualidade.

Responsabilidade

Nas últimas semanas fizemos várias peças para rádio. Um jornalista sempre que tinha trabalhos agendados avisava se queríamos ir também e preparávamos o trabalho procurando informações sobre o tema e preparando as perguntas. Após umas saídas o jornalista disse que deixava ao cargo das estagiárias a responsabilidade de escrever o off e editar os sons e que ele só ia sonorizar.

Este trabalho era bom porque o facto de ter prazos definidos para cumprir obrigava a ter ritmo, sem desleixar o rigor e qualidade. E era motivante saber que o trabalho ia ser ouvido, mesmo que não fôssemos nós a dar voz.

Calendarização de saídas: Televisão e Rádio

	RTP	Antena 1
26/3/2013	Visita da ministra Assunção Cristas a Coimbra e Montemor-o-Velho	Declarações de José Eduardo Simões
27/3/2013	Emigração de bombeiros - Pombal	
28/3/2013	Manifestação no Ingote (sem peça)	
29/3/2013	Antevisão jogo AAC - FCP	
30/3/2013	Jogo AAC - FCP	
03/4/2013	Senhora de Condeixa que não usa aspirador, só vassoura	
05/4/2013	Exposição "O Rosto da Fama"	
09/4/2013	AAC: Apresentação S. Conceição – 1º treino	
10/4/2013		Apresentação Taça da Liga
11/4/2013	Falso direto sobre instituição Atlas	Conferência Taça da Liga – PSP e Media Partner
12/4/2013	Jerónimo de Sousa – Taverede (Fig. Foz)	Conferência Taça Liga - Árbitros
15/4/2013	Greve jogadores da Naval	
18/4/2013	1º transplante cruzado de rim de dador vivo	Conferência de antevisão AAC - Braga
23/4/2013	Fuga do macaco do parque zoológico de Montemor-o-Velho	
24/4/2013	Conferência FENPROF – Mário Nogueira	
26/4/2013	50 anos Maternidade Bissaya Barreto	
29/4/2013	Homem morto em casa há 13 anos	
30/4/2013	Inauguração BShop (só entrevistas -Arnado – sem peça) Entrevista a casal de desempregados (Sto. Varão – Montemor-o-Velho)	
03/5/2013	Prémio Bial – Retinopatia Diabética IBILI Falso direto na portagem – com equipa de voluntários – Queima das Fitas	
08/5/2013	Aniversário Café Sta Cruz – Falso direto	Aniversário Café Sta Cruz
10/5/2013	Sessões de riso fábrica Verallia (Fig. Foz)	
15/5/2013	Seminário com o ministro Miguel Macedo (Pombal)	

RTP		Antena 1
16/5/2013	Aniversário da independência Timor (peça para RTP Internacional)	
17/5/2013		Antevisão Nacional - AAC
22/5/2013	Roteiro Arganil	
27/5/2013	Plenário professores Mário Nogueira (Coimbra)	
28/5/2013	Antecipação do lançamento do novo portal de emprego da UC	
31/5/2013	Encontro Nacional das CPCJ com o ministro Pedro Mota Soares (Fátima- sem peça)	
04/6/2013		Agricultura na Quinta do Celão (Campos do Bolão)
05/6/2013		Sucesso em tempo de crise - Empresa Feedzai (IPN - Coimbra)
07/6/2013		Treino de cães
12/6/2013		Espumante Colinas de S. Lourenço (Oliveira do Bairro)
19/6/2013		Participação na emissão da RDP Internacional
20/6/2013		Candidatura da UC – Património Mundial Gelado de Kefir (F. Foz)

Algumas destas saídas não resultaram em peças mas achamos ser importante publicar a calendarização. Para além destas, existiram outras saídas em que não participámos porque eram coincidentes com as nossas.

Um olhar mais atento sobre este quadro permite-nos observar que as saídas abrangeram várias temáticas desde política, educação, desporto, cultura, saúde, a temas mais regionais.

Das 41 saídas (de televisão e rádio) quase metade são sobre temas regionais. Os restantes extrapolam acontecimentos que se passam na região (por exemplo jogos de futebol, conferências ou visitas de ministros) mas que têm grande interesse a nível nacional.

A delegação de Coimbra produz informação regional e faz diversos trabalhos (que podem ser agendados ou não) para os noticiários nacionais dos vários canais da estação. Muitas peças feitas pela delegação passam no *Portugal em Direto*⁴⁸

⁴⁸ Este programa “aposta na atualidade nacional, sempre atenta aos problemas das populações contando para isso com todo o empenhamento e colaboração dos centros regionais da RTP (...), procura dar mais atenção aos assuntos e às pessoas da nossa terra, tem um espaço para que

(programa importante na divulgação regional) e mostram a preocupação em chegar às minorias e dar voz a públicos regionais, fazendo-os participar. Revela-se a intenção de fortalecer valores no interior de cada comunidade regional e de ‘apelar’ a outros que as regiões se possam ter distanciado.

espetador se possa expressar diretamente fazendo ouvir o seu protesto ou a sua denuncia e procura dar protagonismo aos valores positivos e às pessoas que trabalham e se distinguem para fazer um Portugal melhor“ (Site RTP).

Conclusão

Várias ofertas de estágio, possibilidade de escolher entre diferentes áreas, como televisão, rádio ou imprensa ou ainda optar por agências de comunicação eram as opções de estágio. De uma coisa tínhamos a certeza: queríamos televisão. Entre RTP (Coimbra), SIC ou TVI a escolha não foi imediata. A maioria das pessoas com quem falámos aconselhavam ir para a SIC ou TVI, por ser em Lisboa e, em princípio oferecem 'mais oportunidades' do que uma delegação regional onde, o trabalho não era muito. Poucas foram as que disseram para preferir a RTP...

Depois de algum tempo de reflexão, de ponderados prós e contras, elegemos a RTP para aqueles que seriam três meses de aprendizagem e dedicação, para viver uma experiência que (infelizmente) não sabemos se se repetirá. Tínhamos curiosidade em conhecer o trabalho que se faz numa delegação regional e confessamos a nossa surpresa com o volume de trabalho. Quem está de fora não tem essa noção.

Durante três meses, vivemos a vida de um jornalista 'a sério', tentando aproveitar ao máximo a (curta) experiência que o mestrado nos proporciona; hoje faríamos a mesma escolha.

O estágio na delegação de Coimbra foi proveitoso, nomeadamente porque sentimos ter adquirido ritmo de trabalho em ambiente de redação. Esforçámo-nos por aprender e tivemos o privilégio de conviver com pessoas que mostraram disponibilidade em corrigir os erros, esclarecer dúvidas e ensinar. O estágio representou uma experiência profissional onde pusemos em ação conhecimentos adquiridos e em que nos apercebemos que algumas coisas na prática são diferentes do que aprendemos na teoria das aulas. O estágio superou as expectativas porque, além de televisão, pudemos também fazer rádio.

Foram três meses de crescimento não só profissional como pessoal, tempo que contribuiu, de forma muito positiva, para a nossa formação e nos forneceu as bases para enfrentar a realidade que vamos encontrar no mercado de trabalho. Hoje temos mais informação e estamos mais conscientes do papel desempenhado pela RTP enquanto operador de serviço público e da (grande) importância que uma delegação regional representa, neste caso a de Coimbra⁴⁹.

⁴⁹ Esta delegação faz a cobertura dos distritos de Coimbra, Leiria, Viseu e sul de Aveiro. Excepcionalmente e quando se justifica, também vai a outros locais.

Como verificámos foram algumas as peças cujos assuntos não foram tão 'leves'. Um jornalista não é uma máquina, tem sentimentos e não consegue ficar indiferente a alguns assuntos que trata. Contudo, do que observámos e vivemos, a qualidade do trabalho, o rigor, ética, a competência e a (im)parcialidade do trabalho feito na delegação regional de Coimbra não são postas em causa. Os jornalistas trabalham de maneira a não prejudicar as pessoas envolvidas nem o nome da empresa, sem que a verdade dos factos esteja em causa.

Numa altura de globalização e quando muito se debate a qualidade do produto televisivo defendemos que é importante a existência de um serviço público de televisão que reafirme a promoção da língua portuguesa, na Europa e no Mundo, e a reafirmação da cultura e de uma política da língua.

A televisão rege-se, cada vez mais, por poderes económicos mas é preciso que o serviço público não se mova "única e exclusivamente por interesses economicistas". É necessário que os portugueses tenham uma informação "credível, diversificada, regional", que seja o garante de "pluralidade, de isenção, de proximidade, no sentido regional do termo" (Portugal, José: 2011, 7)⁵⁰.

A delegação de Coimbra trabalha neste sentido. Preocupa-se em mostrar várias realidades que não são só aquelas que chegam às maiorias e contribui para a informação de proximidade.

A evolução tecnológica, a era multimédia e da tv digital, traduz-se na fragmentação dos públicos e as televisões privadas, com a crescente concorrência, transformam a informação em mercadoria. É necessário que os operadores públicos, neste caso a RTP, aposte na inovação (sem esquecer a sua missão) para modificar esta situação.

Em tempos de crise para o operador público português, onde se fala na hipótese da privatização, é imprescindível que haja uma reformulação da RTP para que o seu futuro não esteja comprometido. Futuro que deve passar pela manutenção das delegações regionais, que muito contribuem para que seja dada voz a pessoas e a locais que ficam longe dos grandes centros: Lisboa e Porto. Apesar de todas as regiões poderem ter semelhanças, todas elas são diferentes e, a informação regional que as delegações veiculam transmite a identidade regional

⁵⁰ Citações retiradas de uma entrevista no Jornal *Diário As Beiras*

própria de cada região e isso é importante numa televisão que se quer plural. As delegações tentam dar/reconhecer às regiões importância nacional e isso deve ser reconhecido.

Bibliografia

- Andringa, Diana (2001). *Ignacio Ramonet : o que é o mundo de hoje, como funciona, resistir em nome de quê?* / entrevistado por Diana Andringa. Porto, Campo da Comunicação
- Cádima, Francisco Rui (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa, Presença
- Carvalho, Alberto Arons (2009). *A RTP e o Serviço Público de Televisão*. Coimbra, Almedina
- Coelho, Pedro (2005). *A TV de Proximidade e os Novos Desafios do Espaço Público*. Lisboa, Livros horizonte
- Correia, J. C. (2012) - Texto inédito proferido Conferência RTP – Serviço Público de Rádio e TV – Porquê? Que futuro?
- Fidalgo, J. (2003) – “De que é que se fala quando se fala em Serviço Público de Televisão?”. Texto elaborado no âmbito do projecto de investigação colectivo Mediascópio – Estudo sobre a reconfiguração do campo da comunicação e dos media em Portugal. O texto foi entretanto publicado, como capítulo de livro (pp. 13-32), em Pinto, M. & Sousa, H. (coord.), *Televisão e Cidadania – Contributos para o Debate sobre o Serviço Público*. Braga: Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho.
[<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7363/1/Fidalgo%2c%20J.%282003%29- Servi%C3%A7o%20p%C3%BAblico%20TV.pdf>]
- Jakubowicz, K., Serviço público de televisão na Europa: o princípio do fim ou um novo começo no século XXI?
Disponível em <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1868/1/cap01.pdf>
[consultado em dezembro 2012]
- Jornal Oficial da UE, 2005 C 297/5
- Lopes, Felisbela (1999). *O Telejornal e o Serviço Público*. Coimbra, Edições Minerva
- Lopes, Felisbela (1999). *Serviço Público de Televisão: a crise, a identidade e os desafios*.
[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8733/3/Lopes_1999_Servi%C3%A7o%20P%C3%BAblico%20de%20TV_a%20crise.pdf]

- Lopes, Felisbela (2000) “O Panorama Audiovisual Português. O passado recente e o futuro próximo”. Comunicação apresentada no 4o Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, São Vicente. Brasil.
[<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-felisbela-panorama-audiovisual-portugues-2000.pdf>]
- Lopes, Felisbela (2008). *A TV do Real – A Televisão e o Espaço Público*. Coimbra, Edições Minerva
- Nissen, Christian (2006). Les médias de service public dans la société de l'information, Division Médias, Direction Générale des droits de l'homme, Conseil de l'Europe
- Oliveira, Paquete J. M. (2013). “A RTP e o Futuro - Mais inovação Menos Mimetismo”. Em *Notícias TV* – Nº 285 de 28 de Junho a 6 de Julho – Revista faz parte integrante do *DN* nº 52671 e do *JN* nº 27/126.
- Portugal, José Manuel (2011). Diário As Beiras, 19/20 novembro 2011, edição nº 5484
- Santos, Sílvio (2012). Texto inédito proferido na Conferência RTP – Serviço Público de Rádio e TV – Porquê? Que futuro?
- Serrano, Estrela (2012) - Texto inédito proferido Conferência RTP – Serviço Público de Rádio e TV – Porquê? Que futuro?
- Staats, James L. “The motivational bases of public service”. *Public Service and Public Interest*, 601
[<http://campus.murraystate.edu/academic/faculty/mark.wattier/Perry1990.pdf>]
- Tongue, Carole (1996), Relatório elaborado por Carole Tongue e adotado pelo Parlamento Europeu
- Torres, Eduardo Cintra (2011). *A Televisão e o Serviço Público*. Relógio D'Água Editores, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Vasconcelos, António Pedro (2003). *Serviço Público Interesses Privados*. Oficina do Livro

Sites:

- <http://campelodemagalhaes.wordpress.com/tag/indemnizacoes-compensatorias-recebidas-pela-rtp/>

- <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/4860/A-evolucao-do-conceito-de-servico-publico>
- <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/4860/A-evolucao-do-conceito-de-servico-publico>
- <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=102&mid=105&sid=105>
- <http://www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/esforco-financeiro-publico/entidade/indemnizacoes-compensatorias>
(http://www.dgtf.pt/ResourcesUser/SEE/Documentos/Decreto_Lei_n.%C2%BA_167_2008,_de_26.08.pdf)
- http://www.dgtf.pt/ResourcesUser/SEE/Documentos/Esfuerzo_Financeiro/30_09_2012/indeminizacoes_compensatorias_30_09_2012.pdf (consultado em 31 de janeiro)
- http://www.dgtf.pt/ResourcesUser/SEE/Documentos/Esfuerzo_Financeiro/30_09_2012/dotacoes_capital_30_09_2012.pdf (consultado em 6 de fevereiro)
- <http://www.erc.pt/documentos/legislacaosite/ContratoConcessaoServicoPublicoTv.pdf>
- <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Amesterdao/proto32.htm>
- <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- <http://pt.scribd.com/doc/52926764/65/LEGENDAS-ORACULOS>
- http://www.qca.pt/2007_2013/2007_sieg.asp
- http://www.qca.pt/2007_2013/download/concorrenca/sieg/Enq2005C29704.pdf
- <http://ww2.rtp.pt/50anos/>
- http://www.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/missao_pdf.php

Imagens:

ENPS:

http://www.google.pt/search?q=ENPS&psj=1&bav=on.2,or.r_qf.&bvm=bv.48705608,d.ZWU&biw=1280&bih=656&um=1&hl=pt-PT&ie=UTF-8&tbm=isch&source=og&sa=N&tab=wi&ei=YsfZUYXqNYaV7AbWu4H4Aw#facrc=_&imgdii=_&imgrc=izbGRNTprMA0WM%3A%3BHwaNbacpFWYhJM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.enps.com%252Fassets%252Fimage%252Fpartner_screens%252Fnewsmakernewsgateway1.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.enps.com%252Fpartner_systems%252F411%252Fnewsmaker%3B1280%3B800

Logotipo RTP (capa):

https://www.google.pt/search?q=rtp&psj=1&bav=on.2,or.r_cp.r_qf.&bvm=bv.51156542,d.d2k,pv.xjs.s.en_US._-554lbEZc0.O&biw=1280&bih=699&um=1&ie=UTF-8&hl=pt-PT&tbm=isch&source=og&sa=N&tab=wi&ei=2CQcUtrdI4KFhQfT9YGYBg#facrc=_&imgdii=_&imgrc=4lbr8f2kRh2zHM%3A%3BQw8YOinvofbSLM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.724.tv%252FEserler%252FResim%252FRTP%252520Noticias.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.724.tv%252FAra.aspx%253Fifade%253Deconomia%252520de%252520Portugal%3B400%3B326

Anexos

Alguns textos das peças gravadas de televisão e rádio

Offs das peças de televisão

Peça: Assinatura do protocolo de aproveitamento hidroagrícola do Baixo Mondego – visita da Ministra Assunção Cristas a Coimbra/Montemor (26/03/2013)

Sugestão de pivô: Assunção Cristas esteve em Coimbra assinar dois protocolos. O aproveitamento hidroagrícola do baixo mondego e o desassoreamento do rio são as obras contempladas que se prevê que estejam concluídas em 2020.

Foram 30 anos de luta que parecem estar a terminar. Em deslocação a Montemor-o-Velho Assunção Cristas garantiu a solução do problema que afeta o baixo mondego.

VIVO ASSUNÇÃO CRISTAS - 52:58 (53:09)

Os agricultores que assinalaram as zonas problemáticas desta região dizem que os postos de trabalho correm risco.

VIVOS – 44:10 (:20)

47:42 (:54)

Já em Coimbra a ministra deu luz verde para o início das obras no mondego. Os objetivos do protocolo são reabilitar as margens e proteger as atividades económicas e desportivas. A obra será auto-financiada.

VIVO ASSUNÇÃO CRISTAS – 27:40 (28:11)

Uma situação que se arrasta há anos no Mondego está agora mais perto de ficar resolvida.

Peça: Exposição de Micaela Oliveira, estudante de arquitetura, com quadros de figuras públicas (05/04/2013)

Sugestão de pivô: “O Rosto da Fama” é a primeira exposição de Micaela Oliveira, aluna de arquitetura (da Universidade de Coimbra). Os quadros, com rostos de figuras públicas, estão expostos no instituto Justiça e Paz, em Coimbra.

O gosto pelo desenho acompanha Micaela desde os tempos de criança. As personagens infantis deram lugar aos retratos mas a jovem não esquece como (tudo) começou.

VIVO – 34: 45 (35:02)

Não dispensa a grafite nos trabalhos e demora 12 a 15h a terminar cada obra. Revela-se autodidata.

VIVO – 33: 44

A jovem madeirense gostava de fazer exposições noutros locais para apresentar as dezenas de trabalhos que (já) tem.

Desenhar ajuda-a a descontrair mas é na arquitetura que quer construir o futuro.

VIVO- 36:10 (:21)

A exposição pode ser visitada até 13 de Abril, em Coimbra.

Peça: Apresentação de Sérgio Conceição como treinador da AAC (09/04/2013)

Sugestão de pivô: Sérgio Conceição foi apresentado como treinador da Associação Académica de Coimbra. A sala de imprensa encheu para dar as boas-vindas ao novo técnico que assinou contrato até ao final da próxima época.

Tentar inverter os resultados é o principal objetivo do novo líder da briosa. A equipa está há 9 jogos sem ganhar e precisa de pontos para evitar a despromoção à II liga. Sérgio Conceição promete trabalho e acredita na manutenção.

VIVO SC – 01:34:54 (:35:15)

Um ano depois dos incidentes com José Eduardo Simões a relação entre os dois está resolvida.

VIVO JES – 01:35:56 (:36:15)

Durante a tarde de hoje realizou-se o primeiro treino orientado pelo treinador. Foi à porta aberta e contou com a presença de vários adeptos que incentivaram o grupo. A equipa técnica está definida faltando apenas revelar o nome do treinador de guarda-redes.

A estreia (oficial) de Sérgio Conceição está agendada para dia 19, em Braga.

Peça: Morto em casa há 13 anos – Leiria (29/04/2013)

Sugestão de pivô: O corpo de um homem foi encontrado numa habitação em Cortes, freguesia do concelho de Leiria, que aparentemente estava morto há 13 anos. A polícia está a investigar o caso.

Uma carta com a cobrança do imposto municipal sobre imóveis levou à descoberta macabra. Os familiares rebentaram com a porta e, deitado sobre a cama, encontraram o corpo do sobrinho que não viam há 13 anos.

VIVO – (05:37) 00:06

O homem, de 40 anos, tem uma irmã a residir em Lisboa mas não tinham contacto. Pessoa reservada e discreta não convivia com a vizinhança.

VIVO – (14:01 acaba em 14:18)

A população está em choque com a situação e a família muito transtornada.

VIVO – (16:18 acaba em 16:26)

Fontes do instituto de medicina legal afastaram qualquer origem traumática e revelaram que o corpo estava semi-mumificado. Vão ser realizados mais exames periciais cujos resultados serão conhecidos nas próximas semanas.

Peça: Jogadores da Naval recusam-se a treinar – Figueira da Foz (15/04/2013)

Sugestão de pivô: Os jogadores da Figueira da Foz recusaram-se a treinar. Ordenados em atraso e a subtração de 12 pontos estão na origem da decisão do plantel.

Hoje os jogadores da Naval 1º de Maio apresentaram-se nas instalações do clube para o treino do dia mas recusaram-se a subir ao relvado.

Quatro meses de ordenados em atraso e 12 pontos retirados pela FIFA são os motivos da greve dos atletas.

Em causa estão dívidas de direitos de formação a clubes brasileiros devido à utilização de jogadores contratados na temporada de 2007/2008 (que jogaram, em conjunto, apenas 31 minutos).

Com esta decisão o clube da figueira da foz desce na tabela classificativa da II Liga, do 14º lugar para o 18º, situando-se (a) 5 pontos acima da linha de água.

Nenhum elemento ligado ao clube quis prestar declarações. São esperadas novidades nos próximos dias. Esta/A situação ocorre a 48 horas do jogo com o Marítimo B

Peça: Duplo transplante cruzado de rins – CHUC (18/04/2013)

Sugestão de pivô: Foi realizado com sucesso no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra o primeiro duplo transplante cruzado de rins com dadores vivos. A intervenção durou 7 horas.

32 profissionais envolvidos, 4 operações em simultâneo com 3 operadores em cada sala. Foi esta a equipa que realizou o 1º transplante renal cruzado com dadores vivos. Os receptores foram duas mulheres entre os 30 e 40 anos que estão a ter uma boa recuperação.

VIVO – 00: 18:50 (00:19:10:18)

A cirurgia é inédita no país. Permite reduzir as listas de espera e aumentar os transplantes que em Portugal são insuficientes.

VIVO – 00:20:21:16

Neste momento estão 15 pares inscritos para intervenção... Ultrapassar o impedimento da incompatibilidade dador/receptor é uma das prioridades.

VIVOS – 19:27:10 (19:50:20)

19:50:12 (20:04:10)

(Para além dos CHUC o programa inclui os hospitais de São João, Sto. António, Curry Cabral e Sta. Cruz.) Para os especialistas o plano de dador vivo vem trazer uma nova esperança aos doentes renais.

Peça Roteiro Arganil – 22 Maio

Situada no concelho de Arganil e escondida na serra do açor a mata da Margaraça encerra uma imensa beleza natural e grande biodiversidade. Podem observar-se vestígios da antiga floresta de Laurisilva que dominou o país antes da época glacial. Formada por carvalhos e castanheiros, são de destacar, também, as espécies verónica micranta e selo de salomão.

Na mata podemos ainda encontrar a Fraga da Pena, onde a água cai de uma altura de 20 metros. A cascata é ponto de atracção da paisagem protegida e está preparada como zona de lazer e recreio.

Perto da mata situa-se a aldeia de Benfeita que faz parte da rede das aldeias de xisto. Conhecida como a terra das colheres de pau (que estão quase a desaparecer) há uma particularidade a evidenciar. O sino da torre da paz toca todos os anos a 7 de maio, dia em que terminou a II Guerra Mundial, com 1620 baladas.

Andamos cerca de 10kms e paramos para almoçar em Cojã num restaurante com vista para a praia fluvial do rio alva. As especialidades da região fazem parte da ementa.

VIVO – António Silva (1:16-40-57)

Continuamos viagem por cumes e vales e chegamos a Chãs d'Égua, aldeia que ficou com o nome depois do achado das mais de 100 gravuras de arte rupestre entre 2008 e 2013. Nesta freguesia do Piodão, estabeleceu-se o Centro interpretativo que estuda as rochas que têm entre 4500 a 5000 mil anos.

VIVO – 5:22/5:33

As visitas às rochas são gratuitas e funcionam por marcação. Depois de fazer um caminho ainda extenso chegamos ao local...

VIVO – 04:49/04:25 (...viradas para este núcleo...)

Continuamos o percurso em direcção a Piodão, que faz parte das aldeias históricas protegidas. Fomos até ao museu da aldeia saber mais sobre este local visitado por muitos turistas.

VIVO -00:00:08:20/00:33 e 00:47/00:01:00

Falso direto - eu

Offs das peças de rádio

Peça: Terrenos hortícolas do Celão - 4 Junho

Sugestão de pivô: 200 hectares de terreno, 7 milhões de quilos de produção anual... 3,5 milhões de euros de faturação em 2012... São estes os números da quinta hortícola do celão situada em Coimbra.

Os legumes têm como destino as grandes superfícies nacionais e também o mercado espanhol e francês.

Quase uma centena de funcionários trabalha diariamente para elevar a qualidade dos produtos que chega a casa dos portugueses...

Alargar o mercado para dar saída aos produtos, evitar o esbanjamento e rentabilizar ao máximo os recursos são os propósitos da quinta do celão que integra a organização de onze produtores do baixo Mondego.

RD – 20SEGS– 41 / 1:05-1:26

A produção é essencialmente hortícola e conta com 21 referências. João Paulo Cardoso explica que a rede de entrega já implementada é uma mais-valia para o crescimento da atividade.

RD – 1:50/54 – 2:08/10

As chuvas e o mau tempo afetaram a produção, principalmente na área descoberta e por isso a quinta do celão apostou nas cinco áreas de estufas para minorar/diminuir/combater os prejuízos.

RD – 10:20 -49/58

Em 2010 a organização de produtores pôs em prática um novo projeto: a produção de canónigo. Esta planta, ainda pouco conhecida em Portugal, é da família das alfaces e é consumida como salada. O produto, muito apreciado no Norte da Europa (é a base de um calmante natural e) requer muito cuidado no cultivo.

RD – 15:50/16:06

A Quinta do Celão promete continuar a trabalhar para se manter o maior tempo possível no mercado e evitar a importação porque acredita que (é) dessa forma o país pode/deve crescer (e tornar-se auto-suficiente).

Sugestão de pivô: Fundada em 2009 a empresa de processamento de dados Feedzai dedica-se à monitorização e a deteção de fraude, ambas em tempo real. Com um volume de vendas de 1,6 milhões de euros, tem vindo a afirmar-se no mercado nacional mas sobretudo no estrangeiro e é um caso de sucesso numa altura de crise mundial...

Na empresa Feedzai o número de trabalhadores e a faturação têm duplicado. A aposta na internacionalização e num produto bastante especializado têm sido fundamentais para ajudar a contornar a crise, como afirma Paulo Marques, diretor da empresa.

RD – Paulo Marques 1:20 – 1:35

O sistema de software tem importantes aplicações práticas na vida quotidiana...

RD – Paulo Marques 2:45 – 3:01

Diogo Guerra, diretor de engenharia (da Feedzai), refere que monitorizar e descobrir as burlas no momento em que estão a acontecer são vantagens reconhecidas do produto que podem ser evitadas de imediato...

RD – Diogo Guerra 7:12 – 31 (ou 8:38 - 8:45)

Com escritórios em Coimbra, Lisboa e Estados Unidos e com clientes na área da energia e das telecomunicações, operadores de pagamento e bancos, a empresa quer continuar a crescer.

Peça: Teino de cães – 7 Junho

Sugestão de pivô: Pedro Silva é treinador de cães há 20 anos. Diariamente trabalha com seis a sete animais. As sessões de treino decorrem um pouco por todo o distrito de Coimbra. As causas dos distúrbios do velho fiel amigo do homem podem ser de cariz genético, educação ou hormonal. O jornalista (nome) foi assistir a um treino e conta-nos as dificuldades por que passa o treinador.

Som ambiente

----- “ -----

Corajosos, medrosos, introvertidos ou agressivos. São características que Pedro Silva tem em conta quando faz a preparação dos treinos.

RD 4:26 – 4:45

Há já alguns anos a trabalhar na área, o treinador de cães tem várias histórias para contar, mas, destaca uma que por ser tão complicada foi um grande desafio.

RD 11:55 – 13:53

Durante 3 horas acompanhámos dois treinos dados pelo encantador de cães português. Boss é um pastor alemão de 9 meses que começou os treinos há uma semana. Comportamentos agressivos levaram os donos a recorrer aos serviços do treinador. Ana Paula acompanhou o treino e mostra-se satisfeita com os resultados já visíveis...

RD 22:30 – 22:38 / 22:58 – 24:12/16

A ida do filho de António Firmo para o estrangeiro provocou em Pandi (de 4 anos) reações violentas. Preocupado, o dono decidiu procurar ajuda.

RD

Cada sessão dura cerca de 30 minutos e varia consoante a evolução do comportamento do animal. Se tudo correr bem ao fim de 6 semanas, o cão está em condições de passear na rua com o dono.

----- “ -----

Som ambiente

Gelado Emanha – 20 Junho

Sugestão de Pivô: Uma geladaria na Figueira da Foz de fabrico próprio e artesanal apresenta um novo sabor para este verão. O gelado de licor beirão é novidade, que o empresário Alexandre Nogueira espera que surpreenda os clientes. O jornalista (nome) foi até à geladaria conhecer os vários sabores que os portugueses podem apreciar.

Eu quero um gelado de licor beirão...

O calor teima em não aparecer... Mas a geladaria da praia da figueira da foz já prepara os novos gelados. Aos sabores mais tradicionais junta-se o licor beirão, que pode ser servido em diferentes combinações.

RD - BJ

As expectativas do proprietário são elevadas em relação à nova aposta que pretende atrair os clientes, mesmo os menos receptivos. Para já a aceitação está a ser boa, como afirma Bárbara Jorge.

RD – 23:23/23:31

Originário do Cáucaso, o gelado de kefir tem chamado a atenção dos clientes pelas suas características. Atualmente é servido com frutos do bosque, mas a intenção do empresário é combinar o gelado com algas.

RD – é quase como se fosse gelado de limão

Morango, chocolate, baunilha,... são vários os gelados que se podem encontrar no estabelecimento de Alexandre Nogueira. A trabalhar há 33 anos no ramo recorda pedidos de sabores menos tradicionais.

RD – sabores surpreendentes

O empresário tem vindo a inovar. Isto porque, tudo o que é comida, ou bebida, é possível transformar em gelado. Ainda assim, quando pensa num gelado com paladar a marisco, sardinha ou bacalhau não mostra muito entusiasmo...

RD – salgados não

Mesmo que o verão pareça envergonhado os veraneantes podem apreciar e refrescar-se com um gelado. O mais complicado será mesmo escolher o sabor.